JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2026.10.08 06:10:06 -03'00'

Diário do Acionista

ANO X • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quinta-feira, 8 de outubro de 2026 • Nº 2400 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

Cardeal Tempesta

Nossa Senhora do Rosário!

PÁGINA 5

ANFAVEA

Produção de veículos registra melhor setembro desde 2014

Apesar de apresentar queda de 1,1% em relação a agosto, a produção de veículos no Brasil – que engloba automóveis, comerciais leves, ônibus e caminhões – teve um bom desempenho em setembro, com crescimento de 10,2% na comparação com o mesmo mês do ano passado. Segundo balanço divulgado na tarde desta quarta-feira pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), este foi o melhor mês de setembro desde 2014, com uma produção de 268,3 mil veículos. No acumulado do ano, entre janeiro e setembro, a alta é de 8,7% em relação ao mesmo período do ano passado, com quase 2,2 milhões de unidades produzidas. No entanto, alerta a associação, das 173 mil unidades produzidas a mais na comparação com o ano passado, apenas 50 mil foram fabricadas totalmente no país. PÁGINA 2

PETRÓLEO

Leilão da ANP arrecada R$ 3 bi com venda de 49 blocos

O 6º ciclo da Oferta Permanente de Concessão, realizado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) ontem, arrecadou R$ 3 bilhões, em bônus de assinatura pela venda de 49 blocos. Estão previstos investimentos de R$ 4,5 bilhões somente na primeira fase dos contratos, a fase de exploração. Os 49 blocos arrematados estão localizados nas bacias: Potiguar, Tacutu, Recôncavo, Parnaíba, Tucano Sul, Campos e Ceará. Já as três áreas com acumulações marginais arrematadas estão nas bacias Potiguar e Tucano Sul. O bônus de R$ 1.5 bilhão para essas áreas representou um ágio médio de 442%. A assinatura dos contratos de concessão está prevista para ocorrer até 26 de fevereiro de 2027.Nesta quarta-feira pela manhã, a ANP realizou o 4º Ciclo da Oferta Permanente de Partilha de Produção (OPP), maior leilão de blocos de exploração e produção de petróleo e gás do chamado Polígono do Pré-Sal terminou com sete dos 13 blocos ofertados sendo arrematados. Esse foi o leilão do pré-sal com mais blocos arrematados. O anterior (3º Ciclo, em 2025), teve cinco áreas licitadas. Com o resultado, a área exploratória sob regime de partilha aumenta 58%, alcançando 39,2 mil km², o equivalente a cerca de 90% do território do estado do RJ (43,8mil km²). PÁGINA 3

MANIFESTAÇÃO

FERNANDO FRAZÃO/ABRASIL

Medo de 'corte na educação' leva estudantes a protestar contra Flávio

Estudantes organizaram ontem um ato no Rio de Janeiro em defesa da candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à Presidência da República. O atual presidente busca um segundo mandato consecutivo e disputa o segundo turno das eleições de 2026 contra Flávio Bolsonaro (PL). A manifestação começou no início da tarde na Candelária, região central da cidade, de onde os jovens partiram em caminhada pela Avenida Rio Branco até a Cinelândia. Participaram estudantes secundaristas e universitários de diferentes instituições. Entre os temas defendidos estavam a educação pública, o fim da escala 6x1, manutenção dos direitos sociais e da democracia. Estudante de direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), Paulo Victor de Almeida Coelho, disse que defende a eleição de Lula para que a juventude tenha um futuro melhor. "Nós queremos mais investimentos, condições para que todos possam estudar e se formar em uma faculdade pública", disse. PÁGINA 5

GESTÃO TARCÍSIO

São Paulo já soma 41 casos de Sarampo em 2026

PÁGINA 4

CNI

Faturamento da indústria cai 3,5% em agosto

O faturamento da indústria de transformação caiu 3,5% em agosto, no segundo mês consecutivo de retração, segundo os Indicadores Industriais divulgados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) ontem. O resultado ocorre acompanhado de uma redução das horas trabalhadas e da utilização da capacidade instalada, sinalizando perda de ritmo da atividade industrial. A receita bruta das empresas da indústria de transformação caiu 3,5% em agosto, depois de já ter recuado 2,2% em julho. Com as duas quedas consecutivas, o faturamento acumula retração de 0,2% de janeiro a agosto de 2026, na comparação com o mesmo período de 2025. O resultado reflete a perda de ritmo da atividade industrial ao longo do terceiro trimestre. As horas trabalhadas na produção diminuíram 1% em agosto. No acumulado dos oito primeiros meses do ano, o indicador registra queda de 0,8% em relação ao mesmo período de 2025. PÁGINA 3

INDICADORES

IBOVESPA (1,37%) / 186.340,46 / 2.512,87 / Volume: 26.573.658.581 / Negócios: 3.824.230

Mais Negociados	Preço	%	Oscil.
ITUB4	44,28	+4,68	+1,98
BBDC4	18,51	+4,11	+0,73
MGLU3	7,46	+12,52	+0,83
ITSA4	14,60	+3,11	+0,44
CSAN3	3,96	+6,45	+0,24

Maiores Altas	Preço	%	Oscil.
FSPE11F	0,25	+38,89	+0,07
FSRF11F	0,09	+28,57	+0,02
TOKY3F	10,900	+19,00	+1,740
CTAX3	1,830	+18,83	+0,290
CTAX3F	1,650	+17,86	+0,250

Maiores Baixas	Preço	%	Oscil.
SEQL3	0,060	–14,29	–0,010
SEQL3F	0,070	–12,50	–0,010
AMBP3	0,17	–10,53	–0,02
COCE3	29,41	–9,51	–3,09
JFEN3F	2,09	–8,33	–0,19

Bolsas no mundo	Fechamento	%
Dow Jones	52.048,83	+0,71
S&P 500	7.764,7	+1,49
US Tech 100	29.716	+2,97
Euronext 100	1.897,91	+0,89
CAC 40	8.138,94	+0,92
FTSE 100	10.739,01	+0,75

Salário mínimo	R$ 1.621,00	**IGP-M**	-0,22% (ago.)	**EURO turismo**	
Ufir-RJ	R$ 4,9604	**IPCA**	-0,32% (ago.)	Compra 5,9158	Venda: 6,0959
Taxa Selic		**CDI**		**DÓLAR Ptax - BC**	
(16/09)	13,75%	(16/09)	13,65%	Compra: 5,1809	-0,76%
TR		**OURO**		**DÓLAR comercial**	
(30/09)	0,1690%	BM&F/grama/RJ	R$ 713,49	Compra: 5,1737	Venda: 5,1743
Poupança		**EURO Comercial**		**DÓLAR turismo**	
(30/09)	0,6698%	Compra: 5,8589	Venda: 5,8595	Compra: 5,1906	Venda: 5,3706

MERCADOS

Ajuste de posição e exterior levam Bolsa a cair a 204 mil pontos

JULIANA MACHADO/AE

Pelo segundo dia seguido após o rali que levou a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) às máximas históricas, o índice voltou ao campo negativo, mais uma vez na combinação de ajuste de posições com um movimento mais adverso no exterior.

Com as bolsas americanas em queda e menor propensão à tomada de risco em emergentes, o índice se acomodou na faixa dos 204 mil pontos (204.302,33 pontos), com baixa de 0,74%. O giro financeiro foi de R$ 40 bilhões. No mês, o Ibovespa (Índice Bovespa) sobe 9,64%; no ano, 26,8%. No exterior, o EEM, maior ETF ligado a emergentes, caiu 1,3%.

DÓLAR

Após dois pregões seguidos de queda, em que acumulou desvalorização de 4,62%, o dólar subiu ontem, frente ao real e ultrapassou a marca de R$ 5,00. A alta global da moeda norte-americana e os níveis elevados das taxas dos Treasuries pesaram sobre as divisas emergentes, o que pode ter levado investidores a embolsar lucros obtidos com o rali eleitoral.

Depois de rondar os R$ 5,00 ao longo a tarde, o dólar à vista tocou máxima de R$ 5,0167 na reta final dos negócios, embora não tenha ocorrido aceleração dos ganhos da moeda lá fora.

O dólar terminou o dia em alta de 0,72%, a R$ 5,0112. Com o tropeço no fim do pregão, o real amargou o pior desempenho entre as divisas latino-americanas. Na semana, a taxa de câmbio recua 3,94%, o que leva as perdas acumuladas em 2026 para 8,7%.

ANFAVEA

Produção de veículos tem melhor setembro desde 2014

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

Apesar de apresentar queda de 1,1% em relação a agosto, a produção de veículos no Brasil – que engloba automóveis, comerciais leves, ônibus e caminhões – teve um bom desempenho em setembro, com crescimento de 10,2% na comparação com o mesmo mês do ano passado. Segundo balanço divulgado na tarde desta quarta-feira pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), este foi o melhor mês de setembro desde 2014, com uma produção de 268,3 mil veículos.

No acumulado do ano, entre janeiro e setembro, a alta é de 8,7% em relação ao mesmo período do ano passado, com quase 2,2 milhões de unidades produzidas. No entanto, alerta a associação, das 173 mil unidades produzidas a mais na comparação com o ano passado, apenas 50 mil foram fabricadas totalmente no país. O restante ocorreu nos regimes CKD (Completely Knocked Down) e SKD (Semi Knocked Down), que permitem a montagem final dos automóveis no Brasil.

Além do crescimento na produção, em setembro, o setor também apresentou o maior volume de emplacamentos para o mês desde 2014, com 281,4 mil unidades comercializadas. Isso foi impulsionado principalmente pelas vendas de automóveis, que avançaram 22,5% no ano.

"Esse mês de setembro foi o maior volume desde 2014. Há muito tempo a gente não tinha um mês de setembro tão bom", disse o presidente da Anfavea, Igor Calvet, em entrevista coletiva.

Enquanto houve aumento na produção e nos emplacamentos, as exportações continuaram em queda, sem apresentar sinal de recuperação. Há seis meses, segundo a Anfavea, as exportações estão estagnadas em um patamar mensal abaixo de 40 mil unidades, principalmente por causa da situação da Argentina e da perda de participação dos veículos brasileiros para os modelos chineses e mexicanos.

Em setembro, foram exportadas 39,8 mil unidades, alta de 0,1% sobre agosto e queda de 24,2% sobre setembro do ano passado.

"A gente depende muito da Argentina e 96% dessa queda pode ser explicada pela queda (das exportações) para a Argentina", disse Calvet.

Além disso, destacou ele, as importações de veículos vêm apresentando alta, com crescimento de 34,9% sobre setembro do ano passado. "As importações cresceram 30% no acumulado [do ano] e a nossa exportação tem crescido 20%. Então, a gente não só está aumentando o que compramos do exterior, como também diminuindo a nossa venda para o exterior", ressaltou o presidente da entidade.

REVISÃO

Com o bom desempenho observado ao longo deste ano tanto de vendas quanto de produção, a Anfavea decidiu revisar as projeções de fechamento do setor para o final de 2026.

A expectativa da associação é que o Brasil feche o ano com 3,1 milhões de autoveículos emplacados, um patamar que não é alcançado desde 2014. Se isso se confirmar, a Anfavea estima que o crescimento será de 15,2% em relação a 2025, acima dos 2,7% que haviam sido previstos no início deste ano. Este avanço, diz a associação, deve ser impulsionado pelos segmentos de automóveis e comerciais leves, cuja expectativa de crescimento passou para 16,4%.

A produção, por sua vez, também deve registrar um desempenho positivo, mas ainda distante do potencial da demanda interna. A projeção de crescimento passou de 3,7% para 6,7%, com um volume superior a 2,8 milhões de unidades, o que seria o melhor resultado desde 2019.

Por outro lado, o segmento de veículos pesados, composto por caminhões e ônibus, ainda deverá encerrar o ano com uma retração de 6,5% nos emplacamentos. Segundo as projeções, as exportações também devem ter desempenho negativo, com queda de 17,7%.

RESTITUIÇÃO

Receita envia cartas a 498 mil que estão na malha fina do IR

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Os contribuintes que tiveram a Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física (DIRPF) 2026 retida na malha fina começaram a ser avisados pelo Fisco. A Receita Federal está encaminhando os avisos em lotes semanais até o dia 20 de outubro, para estimular a regularização voluntária antes de uma eventual intimação ou notificação.

Quem identificar algum erro na declaração pode fazer a correção por meio de uma declaração retificadora, sem precisar comparecer a uma unidade da Receita. A regularização antecipada reduz o risco de multas e de atraso no pagamento da restituição.

COMO CONSULTAR

O contribuinte pode verificar a situação da declaração pelo serviço Meu Imposto de Renda, disponível no site da Receita Federal e no aplicativo do órgão para celulares.

É necessário ter uma conta Gov.br nos níveis prata ou ouro.

No serviço, uma declaração retida na malha fina aparece com o status "Com Pendência". Ao acessar a informação, o contribuinte consegue identificar o motivo da retenção e consultar as orientações para regularizar a situação.

SERVIÇO

- Quem recebe as cartas: 498.487 contribuintes;
- Período de envio: de 5 a 20 de outubro;
- Onde consultar: Meu Imposto de Renda, no site ou aplicativo da Receita;
- Acesso: conta Gov.br nível prata ou ouro;
- Sinal de pendência: status "Com Pendência";
- Como corrigir: declaração retificadora;
- Atendimento presencial: não é necessário.

COMO CORRIGIR

Depois de consultar a pendência, o contribuinte deve conferir se os valores informados na declaração estão corretos e se possui documentos que comprovem as informações prestadas.

Se houver erro ou omissão, é possível enviar uma declaração retificadora pelos canais digitais da Receita Federal.

O procedimento deve ser feito antes de uma eventual intimação ou notificação. Segundo a Receita, essa iniciativa pode evitar o risco de multas e de atraso na restituição.

Caso a declaração esteja correta e o contribuinte tenha os documentos que comprovem as informações, a orientação é não fazer alterações. Nesse caso, é necessário guardar a documentação e aguardar eventual solicitação da Receita.

No caso do Vida Gerador de Benefício Livre VGBL, a Receita esclarece que esse tipo de plano não é considerado previdência privada para fins de dedução do Imposto de Renda e, portanto, não pode ser utilizado para reduzir a base de cálculo do imposto.

CARTAS

O objetivo do Projeto Cartas 2026 é permitir que o próprio contribuinte corrija eventuais inconsistências antes de uma ação formal do Fisco.

Embora esteja enviando correspondências, os contribuintes que tiverem dúvida sobre a situação da declaração devem confirmar diretamente a existência de pendências pelo Meu Imposto de Renda.

DERROTA DO GOVERNO

Supremo exclui créditos de ICMS da base do PIS/Cofins

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por 7 a 4, excluir os valores de créditos de ICMS concedidos pelos estados da base de cálculo do PIS e da Cofins. A vitória dos contribuintes pode custar até R$ 16,5 bilhões para a União, de acordo com estimativa da Receita Federal.

O julgamento foi realizado ontem. Já havia maioria formada a favor do contribuinte no plenário virtual desde 2021, mas o placar foi reiniciado no plenário presencial.

A corrente vencedora foi aberta pelo relator, Marco Aurélio (já aposentado). Ainda no plenário virtual, ele foi acompanhado por outros três ministros que já se aposentaram - Rosa Weber, Ricardo Lewandowski e Luís Roberto Barroso - e pelos ministros Dias Toffoli, Cármen Lúcia e Edson Fachin.

O regimento interno do Supremo determina que os votos de ministros aposentados devem ser mantidos mesmo após a mudança no titular da cadeira. Diante dessa situação, o ministro Alexandre de Moraes ressaltou que o resultado poderá ser alterado no julgamento de recursos, quando os novos ministros (André Mendonça, Cristiano Zanin e Flávio Dino) poderão se manifestar.

"Este é um daqueles casos em que a existência de quatro votos de ministros que já se aposentaram possivelmente fará com que, em breve, nós tenhamos que rediscuti-lo, porque os embargos de declaração colocarão quatro ministros, que não votaram ainda, na votação", disse Moraes.

Na sessão de ontem, Toffoli mudou o voto que havia proferido no plenário virtual. "Compreendi, àquele momento, que os créditos presumidos se incluiriam no conceito de receita para fins de cobrança de PIS/Cofins. Todavia, as sustentações orais me convenceram da necessidade de evoluir no entendimento", justificou.

Para Toffoli, a incidência de tributos federais sobre os créditos de ICMS ofende o federalismo porque causa "importante retirada de efeitos da política fiscal adotada pelos Estados".

Fachin disse que, apesar de o debate ser tributário, a discussão mais profunda trata sobre o desenho do federalismo à luz da Constituição de 1988. "Este é o pano de fundo da discussão. E, portanto, à luz desse desenho, reputo incompatível a inclusão dos créditos presumidos no cálculo do PIS e da Cofins", afirmou

DIVERGÊNCIA

Moraes, Gilmar Mendes, Luiz Fux e Kássio Nunes Marques votaram a favor da União. Para Gilmar, o contribuinte deixa de pagar o ICMS ao receber o benefício fiscal do estado e, por isso, o valor representa uma vantagem econômica que deve ser tributada.

"O crédito presumido de ICMS decorre de uma decisão do Estado de não exigir do contribuinte parcela do imposto que, a princípio, seria devida. O resultado econômico, contudo, é objetivo: o contribuinte deixa de desembolsar determinado valor, e, mais que isso, não assume qualquer obrigação de restituição ou repasse deste montante. Não se trata de recurso que apenas transita no seu patrimônio", afirmou.

Já Moraes destacou que os valores dos créditos presumidos devem integrar a base do PIS e da Cofins porque "o Estado pode abrir mão do que é dele, mas não pode abrir mão do que é da União".

FIM D JOGATINA

Bets começam a informar bancos sobre R$ 1,3 bilhão a devolver

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

As empresas de apostas online autorizadas a operar no Brasil começaram ontem a informar aos bancos os saldos que ainda estão nas contas dos apostadores. Ao todo, R$ 1,325 bilhão de cerca de 26,5 milhões de pessoas aguardam devolução após o fim das operações das bets no país.

Os dados, separados por Cadastro de Pessoa Física (CPF) e vinculados à conta bancária usada nos depósitos, deverão ser enviados pelas plataformas até hoje. Com essas informações, as instituições financeiras terão de devolver os valores de 9 a 14 de outubro.

VEJA OS NÚMEROS

- R$ 1,325 bilhão ainda aguarda devolução;
- 26,5 milhões de apostadores têm saldo nas plataformas;
- 86,2 milhões de contas têm menos de R$ 1;
- R$ 15,5 milhões estão nessas contas com saldo entre R$ 0,01 e R$ 0,99;
- 188 sites legalizados tiveram a autorização cancelada;
- 13.241 sites ilegais foram encaminhados para bloqueio.

A DEVOLUÇÃO

Os bancos deverão transferir os valores diretamente para as contas utilizadas pelos apostadores para fazer os depósitos nas plataformas.

O cronograma definido pelo governo estabelece:

- 7 e 8 de outubro: bets enviam aos bancos os saldos por CPF e os dados bancários;
- 9 a 14 de outubro: bancos fazem a devolução aos apostadores;
- 14 de outubro em diante: valores que não puderem ser devolvidos são encaminhados à Caixa Econômica Federal;
- após o repasse à Caixa: a instituição fica responsável por concluir a restituição.

O prazo para o saque voluntário diretamente nas plataformas terminou às 23h59 de segunda-feira passada.

Diário do Acionista
Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

PETRÓLEO

Maior leilão do pré-sal tem 7 de 13 blocos arrematados

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

O maior leilão de blocos de exploração e produção de petróleo e gás do chamado Polígono do Pré-Sal terminou com sete dos 13 blocos ofertados sendo arrematados. O 4º Ciclo da Oferta Permanente de Partilha de Produção foi realizado na manhã de ontem.

A disputa organizada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), na sede da instituição, no Centro do Rio de Janeiro, permitiu ao governo arrecadar R$ 530 milhões em bônus de assinatura. Se todos os blocos tivessem sido contratados, o valor somaria R$ 1,24 bilhão.

Esse foi o leilão do pré-sal com mais blocos arrematados. O anterior (3º Ciclo, em 2025), teve cinco áreas licitadas. Com o resultado, a área exploratória sob regime de partilha aumenta 58%, alcançando 39,2 mil km², o equivalente a cerca de 90% do território do estado do Rio de Janeiro (43,8 mil km²).

Havia 19 companhias habilitadas, mas apenas seis apresentaram propostas, sendo quatro estrangeiras. Não houve disputa, ou seja, em todos os sete blocos arrematados, apenas uma competidora ofereceu lance.

As maiores vencedoras foram as brasileiras Petrobras e Prio (antiga PetroRio), cada uma com dois blocos. A norueguesa Equinor também levou duas áreas, uma delas em consórcio com a portuguesa Galp.

Para explorar os blocos, todos localizados nas bacias de Santos e Campos, na costa do Sudeste, as petroleiras se comprometeram a fazer investimentos mínimos na ordem de R$ 778,4 milhões.

MODELO DE PARTILHA

Assim como os bônus de assinatura, os investimentos mínimos são previstos no edital da ANP, agência reguladora do setor de óleo e gás no país, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Além de aval do MME, as áreas exploratórias levadas ao leilão receberam sinal verde também do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA).

No leilão do modelo de partilha, vence a empresa que oferecer à União a maior parcela de óleo excedente — a produção que sobra após pagamento dos custos. O acordo funciona como uma forma de repartição do lucro com o Estado brasileiro.

O edital prevê um valor mínimo para cada bloco. A disputa tem caráter sigiloso na apresentação das ofertas, ou seja, as empresas não ficam sabendo previamente qual é o percentual de excedente em óleo que as concorrentes estão oferecendo e em quais áreas farão oferta.

Dessa forma, mesmo não tendo havido disputa nos blocos, todos foram arrematados com ágio, que variou de 8% a quase 495%. O ágio médio foi de 108,38%.

Estavam em oferta cinco áreas na Bacia de Campos (Magnetita, Turmalina, Hematita, Larimar e Azurita) e oito na Bacia de Santos (Jade, Aragonita, Cruzeiro do Sul, Opala, Granada, Cerussita, Rubi e Rodocrosita).

As empresas vencedoras precisam, a partir de agora, seguir as demais etapas previstas no cronograma, como apresentação de documentos e pagamento do bônus de assinatura, para, então, serem assinados os contratos, o que está previsto para 26 de fevereiro de 2027.

Não foram arrematados os blocos Turmalina, Larimar, Aragonita, Opala, Granada e Cerussita. Eles ficam na "prateleira" da próxima rodada de licitação.

PRÉ-SAL

O pré-sal fica sob uma espessa camada de sal, que pode chegar a 7 mil metros de profundidade. Atualmente, é a principal área de produção no país. Em setembro, por exemplo, respondeu por 82,6% do petróleo e gás brasileiros.

Conforme declarou antes do início do leilão o diretor-geral da ANP, Artur Watt Neto, o pré-sal continua sendo "uma das mais relevantes fronteiras exploratórias do mundo".

"Temos que continuar trabalhando para ofertar blocos vizinhos às oportunidades identificadas", disse ele, que se refere ao pré-sal como "grande riqueza que o país tem".

NÃO ARREMATADOS

Em entrevista coletiva para falar dos resultados do 6º Ciclo de Oferta Permanente de Concessão, o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Artur Watt, enfatizou que os blocos que não foram não arrematados ontem, podem voltar a ser ofertados. Nesse ciclo, foram oferecidos 308 blocos em 22 setores e arrematados 49.

"Os blocos não arrematados podem voltar em outras rodadas. A natureza da oferta permanente é essa. Colocar blocos para que as empresas estudem e vejam onde elas enxergam potencial", disse.

Um dos pontos que marcou o leilão foi a pouca disputa por mesmas áreas. A leitura da ANP é que não ter a disputa não implica, necessariamente, pouca atratividade. "Tivermos ágio, ou seja, empresas que viram potencial e, com o receio que outras viessem a disputar, fizeram ágio. Isso é importante", disse Watt.

AUMENTO DE ÁREAS

O diretor-geral ainda destacou que os resultados alcançados na 4º Ciclo da Oferta Permanente de Partilha (OPP), realizado na parte da manhã, garantiram uma ampliação da área exploratória. "A quantidade de blocos exploratórios no regime de partilha da produção será ampliada em 47%, chegando a 22 blocos, e a área exploratória crescerá 58%, alcançando 39,2 mil quilômetros quadrados. Esse é o resultado consolidado dos contratos de partilha", citou.

INDICADORES

Faturamento da indústria cai 3,5% em agosto, informa CNI

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O faturamento da indústria de transformação caiu 3,5% em agosto, no segundo mês consecutivo de retração, segundo os Indicadores Industriais divulgados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) ontem.

O resultado ocorre acompanhado de uma redução das horas trabalhadas e da utilização da capacidade instalada, sinalizando perda de ritmo da atividade industrial.

FATURAMENTO RECUA

A receita bruta das empresas da indústria de transformação caiu 3,5% em agosto, depois de já ter recuado 2,2% em julho. Com as duas quedas consecutivas, o faturamento acumula retração de 0,2% de janeiro a agosto de 2026, na comparação com o mesmo período de 2025. O resultado reflete a perda de ritmo da atividade industrial ao longo do terceiro trimestre.

FÁBRICAS

As horas trabalhadas na produção diminuíram 1% em agosto. No acumulado dos oito primeiros meses do ano, o indicador registra queda de 0,8% em relação ao mesmo período de 2025.

A redução da produção também afetou a utilização do parque fabril. A Utilização da Capacidade Instalada (UCI) caiu 0,6 ponto percentual, passando de 77,5% para 76,9%.

Apesar da queda mensal, a utilização média da capacidade instalada nos oito primeiros meses de 2026 ficou 1,5% acima do registrado no mesmo intervalo de 2025.

EMPREGO FICA ESTÁVEL

O emprego industrial permaneceu estável em agosto, mantendo o comportamento observado nos meses anteriores.

No acumulado de janeiro a agosto, porém, o nível de emprego do setor apresenta queda de 0,5% em relação aos oito primeiros meses de 2025.

A massa salarial e o rendimento médio dos trabalhadores seguiram em alta.

- Massa salarial: +0,5% em agosto e +0,9% no acumulado do ano;
- Rendimento médio: +0,5% em agosto e +1,5% no acumulado do ano.

PRESSÃO

Segundo a CNI, entre os fatores que pressionam o desempenho da indústria estão a carga tributária, o custo de insumos e matérias-primas e os juros elevados.

Em nota, a entidade afirma que esses fatores afetam tanto a demanda por produtos industriais quanto o endividamento das famílias e tem impactado o setor de forma prolongada.

Nota

TCU PEDE A MINISTÉRIO A MITIGAÇÃO DO RISCO EM ESTIMATIVAS PREVIDENCIÁRIAS

O Tribunal de Contas da União (TCU) recomendou ao Ministério da Previdência Social uma série de ajustes para mitigar o risco de erros de processamento das estimativas previdenciárias. Foi votada uma auditoria financeira referente ao exercício de 2025, com a identificação de desalinhamentos contábeis. O TCU pede testes funcionais e de integração de dados, bem como procedimento formal de validação e aprovação de alterações. Os pedidos também passam pelo aprimoramento dos controles internos e dos processos de governança de dados. O TCU deu ciência ao Ministério da Previdência de que a ausência de divulgação da base de mensuração utilizada para estimativa das provisões previdenciárias.

ACORDO

Cade aprova aquisição de 8% da Azul pela American Airlines

FLÁVIA SAID/AE

O Tribunal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou ontem, por unanimidade, a aquisição de aproximadamente 8% do capital da Azul pela American Airlines, condicionada à celebração de acordo entre as companhias para minimizar eventuais danos concorrenciais.

A American fará investimento de US$ 100 milhões na Azul, como parte do processo de recuperação da empresa brasileira nos Estados Unidos, sob o Chapter 11.

A admissão societária será acompanhada de direitos de governança da American, que terá representação em um dos sete assentos do conselho de administração e em um dos cinco assentos do conselho de administração da Azul.

Segundo as requerentes, essas participações não incluem veto, quórum qualificado ou prerrogativa individual de determinar as ações dos órgãos colegiais. No entanto, a Abra, holding controladora da Gol e da Avianca, apontou problemas na atuação de dois dos concorrentes mais relevantes no transporte aéreo regular entre Brasil e EUA - United e American - em foros comuns da Azul.

A relatora, conselheira Camila Cabral Pires Alves, colocou que a entrada da American na estrutura da Azul "acrescenta um canal institucional potencialmente relevante de informação e influência em ambiente no qual a United já se encontra presente".

Para sanar essas preocupações, foi proposto pelas próprias envolvidas no negócio um Acordo em Controle de Concentração (ACC).

Quais são as obrigações assumidas pela Azul

O primeiro eixo do acordo disciplina a atuação das representantes da American nos órgãos de governança da Azul em matérias relacionadas ao mercado sobreposto (os pares de origem e destino entre Brasil e EUA).

O termo determina que matérias concorrencialmente sensíveis - que tratem de precificação, produção, capacidade ou estratégia - deverão ser identificadas previamente, para que o representante não receba informações ou se retire da deliberação.

As atas deverão registrar as matérias sensíveis e os impedimentos, e a Azul deverá conservar os documentos pertinentes por cinco anos, com possibilidade de requisição pelo Cade.

O segundo eixo cria uma obrigação de notificação prévia para futuras aquisições de participação societária da American ou de empresas de seu grupo econômico em companhias aéreas que operam rotas entre Brasil e EUA.

Por fim, o terceiro eixo do acordo determina que a Azul comunique ao Cade qualquer alteração em instrumento societário ou mecanismo contratual que amplie direitos políticos ou poderes de influência da American, ainda que não haja aquisição adicional de ações, mudança de controle ou preenchimento dos critérios legais de notificação obrigatória.

CEFET/RJ

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA - CEFET/RJ

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 98/2026

OBJETO: aquisição de materiais de laboratório e produtos químicos destinados ao atendimento das atividades acadêmicas e laboratoriais desenvolvidas no curso de graduação em Engenharia de Alimentos e nos cursos técnicos integrados ao ensino médio em Alimentos e em Química do Cefet/RJ Uned Valença. **Nº DO PROCESSO:** 23063.001062/2026-47. **ENTREGA DAS PROPOSTAS:** a partir de 8/10/2026, às 8h (horário de Brasília), no site www.gov.br/compras. **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** em 21/10/2026, às 9h (horário de Brasília), no site www.gov.br/compras. **RETIRADA DE EDITAL:** o edital e seus anexos estarão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (www.gov.br), no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras/pt-br/) e no site do Cefet/RJ, em https://www.cefet-rj.br/index.php/licitacoes-e-contratos-valenca. **Valença, 8 de outubro de 2026. Pedro Ronaldo Ventura Loures – Pregoeiro.**

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE ARRAIAL DO CABO
SECRETARIA COMPRAS E LICITAÇÕES
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
AVISO DE INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº: ARC-040127/000059/2026

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 018/2026	Data de Abertura: 14/10/2026 Horário: 10:00h Plataforma eletrônica: https://www.licitanet.com.br
Unidade Contratante:	Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa - Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo/RJ

Objeto

Dispensa Eletrônica para contratação de empresa habilitada **EM PRODUÇÃO AUDIOVISUAL, CONSIDERANDO DIÁRIA DE FILMAGEM COM EQUIPAMENTOS PARA A CAPTAÇÃO DE ÁUDIO E IMAGENS EM PADÃO FULLHD, A SER REALIZADA NO MUNICÍPIO DE ARRAIAL DO CABO, EDIÇÃO DO MATERIAL EM VÍDEO COM 20 (VINTE) MINUTOS, COM INSERÇÃO DE LEGENDA EM PORTUGUÊS E INTERPRETAÇÃO NA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO MUNICIPIO DE ARRAIAL DO CABO - RJ.**

Valor estimado

R$ 61.800,00
(Sessenta e um mil e oitocentos reais).

Registro de Preços?	Vistoria	Modo de disputa	Critério de Julgamento
Não	Não	Aberto	MENOR VALOR GLOBAL
Itens Exclusivos para ME/EPP?	**Itens com Cota Reservada para ME/EPP?**	**Exigência de Amostra?**	**Participação de Consórcio**
Sim	Sim	Não	Sim

Intervalo mínimo de diferença entre lances

R$ 0,10 (Dez centavos)

Pregoeiro

Sr. Hélio Fernando Mozart Gimenez (portaria nº 3.067/2025)

Fundamento Legal

Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 4.483/25 e demais legislações pertinentes

Observações Gerais:

1) O Edital e outros anexos estão disponíveis para download no Portal http://licitanet.com.br e também no Portal da Transparência, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo/RJ: http://www.arraial.rj.gov.br.
2) Os interessados ficam desde já notificados da necessidade de acessarem os sites www.arraial.rj.gov.br e www.gov.br/compras/pt-br, para ciência das eventuais alterações e esclarecimentos.

NE TECH LTDA.

CNPJ/MF nº. 16.700.450/0001-27 - NIRE nº. 33.211.292.076

Ata de Reunião de Sócios realizada em 31 de agosto de 2026

1. Data, hora e local: Aos 31 (trinta e um) dias do mês de agosto de 2026, às 10h00, na sede social da **NE TECH LTDA.**, sociedade empresária limitada com sede e foro na cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 7.777, subsolo 01, Barra da Tijuca, CEP: 22793-081, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.700.450/0001-27, com seus atos constitutivos registrados na JUCERJA sob o NIRE 33.211.292.076 ("Sociedade"). **2. Convocação e presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do §2º do artigo 1.072 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"), por estarem presentes os sócios representando a totalidade do capital social da Sociedade, a saber: **(i) Ancar Administradora de Shopping Centers Ltda.**, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 7.777, Barra da Tijuca, CEP: 22.793-081, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.370.296/0001-56, e com seu contrato social registrado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA"), sob o nº NIRE 33.2.0703014-3, neste ato representada por seus administradores: **Marcelo Baptista Carvalho**, brasileiro, casado pelo regime de separação total de bens, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº 20.3XXXX-X, expedida pelo CRA/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº XXX.945.107-XX e **Marcos Baptista Carvalho**, brasileiro, casado pelo regime de separação total de bens, empresário, portador da carteira de identidade nº 061XXXXX-X, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº XXX.619.287-XX, ambos residentes e domiciliados na cidade e Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 7.777, Barra da Tijuca, CEP: 22.793-081 ("AADM"); e **(ii) Marcos Baptista Carvalho**, brasileiro, casado pelo regime de separação total de bens, empresário, portador da carteira de identidade nº 061XXXXX-X, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº XXX.619.287-XX, residente e domiciliado na cidade e Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 7.777, Barra da Tijuca, CEP: 22.793-081 ("Marcos" e, em conjunto com a AADM, os "Sócios"). **3. Mesa:** Presidente: Marcos Baptista Carvalho; Secretário: Marcelo Baptista Carvalho. **4. Ordem do dia:** Deliberar sobre **(i)** a redução do capital social da Sociedade para absorção de prejuízos acumulados; **(ii)** a redução do capital social da Sociedade por excessividade, com restituição aos Sócios; **(iii)** o consequente cancelamento de quotas e a alteração do caput da Cláusula Quarta do Contrato Social; e **(iv)** a consolidação do Contrato Social da Sociedade. **5. Deliberações:** Instalada a reunião, os Sócios **RESOLVERAM**, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas, inclusive para os fins e nos termos dos artigos 1.071, inciso V, 1.076, inciso I, e 1.082 a 1.084 do Código Civil: **5.1. Redução do capital social para absorção de prejuízos acumulados: 5.1.1.** Reduzir o capital social da Sociedade, que se encontra totalmente subscrito e integralizado, nos termos do inciso I do artigo 1.082 e do artigo 1.083 do Código Civil, no montante de R$ 5.628.408,34 (cinco milhões, seiscentos e vinte e oito mil, quatrocentos e oito reais e trinta e quatro centavos), para fins de absorção dos prejuízos acumulados apurados no balanço patrimonial da Sociedade levantado em 31 de agosto de 2026. **5.1.2.** Nos termos do artigo 1.083 do Código Civil, a redução de capital de que trata este item 5.1 opera-se mediante a diminuição proporcional do capital social, tornando-se eficaz a partir do arquivamento do respectivo instrumento de alteração do Contrato Social na JUCERJA, independentemente de publicação prévia ou de oposição de credores. **5.2. Redução do capital social por excessividade, com restituição aos sócios: 5.2.1.** Reduzir o capital social da Sociedade, nos termos do inciso II do artigo 1.082 e do artigo 1.084 do Código Civil, no montante adicional de R$ 337.000,66 (trezentos e trinta e sete mil reais e sessenta e seis centavos), por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social, mediante a restituição do referido valor aos Sócios. **5.2.2.** A restituição aprovada no item 5.2.1 acima será realizada integralmente à sócia AADM, com a expressa anuência do sócio Marcos, que desde já renuncia, de forma irrevogável e irretratável, a qualquer restituição que lhe caberia em razão da redução ora aprovada, sem que disso decorra qualquer direito, indenização ou compensação em seu favor. **5.2.3.** Nos termos do §1º do artigo 1.084 do Código Civil, a redução de capital de que trata este item 5.2 somente se tornará eficaz se, no prazo de 90 (noventa) dias contados da data da publicação desta ata, não houver impugnação por credor quirografário titular de crédito anterior à referida publicação. O arquivamento do respectivo instrumento de alteração do Contrato Social na JUCERJA será requerido após o decurso do referido prazo, mediante a apresentação da prova da publicação e, se for o caso, da prova do pagamento da dívida ou do depósito judicial do respectivo valor, na forma do §2º do artigo 1.084 do Código Civil. **6. Encerramento, lavratura e aprovação da ata:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e assinada pelos membros da mesa e pela totalidade dos sócios. Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2026. **Mesa: Marcos Baptista Carvalho** - *Presidente*. **Marcelo Baptista Carvalho** - *Secretário*. **Sócios: Ancar Administradora de Shopping Centers Ltda.** por: Marcos Baptista Carvalho e Marcelo Baptista Carvalho.

PRIMAVERA: Sol com nuvens. Pancadas de chuva à tarde. À noite não chove

Manhã Tarde Noite 30º 17º 45% 05:40 18:10

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 35.300.576.535

EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE INVESTIDORES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 43ª (QUADRAGÉSIMA TERCEIRA) EMISSÃO, EM SÉRIE ÚNICA, DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com registro de securitizadora S1 perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na cidade e no Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº1.234, conjuntos 41 a 44, bairro Jardim Paulistano, CEP 01.451-913, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("CNPJ") sob nº 41.811.375/0001-19, e com seus atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.576.535 ("Emissora"), **CONVOCA** os investidores dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 43ª (quadragésima terceira) emissão, em série única, da Emissora ("Titulares dos CRI" e "CRI", respectivamente), nos termos da Cláusula 13.3 do "*Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Série Única da 43ª (Quadragésima Terceira) Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securitização*", celebrado em 04 de maio de 2023 entre a Emissora e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., conforme aditado ("Termo de Securitização" e "Agente Fiduciário", respectivamente), da Resolução da CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada ("Resolução CVM 60"), e do § 2º do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, a se reunirem **em 1ª (primeira) convocação**, para a Assembleia Especial de Investidores, que **será realizada no dia 28 de outubro de 2026, às 16:30h (quatro horas e meia)**, de forma exclusivamente remota e eletrônica, inclusive para fins de voto, por meio da plataforma *Teams*, coordenada pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste edital, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia ("Assembleia" ou "AEI"): **(i)** aprovar a inclusão de previsão de que eventual substituição dos Recebíveis (conforme definido no Termo de Securitização) possa ser requerida pela RTDR PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Balneário Camboriú, no estado de Santa Catarina, na Avenida Brasil, nº 3.313, sala 9A-1, CEP 88.330-063, inscrita no CNPJ sob o nº 09.222.901/0001-00 ("Devedora"), a qualquer tempo, desde que os novos recebíveis observem os mesmos critérios de elegibilidade aprovados na Assembleia Especial de Investidores, realizada em 07 de agosto de 2026 ("AEI Anterior"), a saber: (i) os recebíveis ofertados em substituição poderão ser performados ou não performados, conforme definições constantes da Cláusula 1.1 do Termo de Securitização; (ii) não será exigido que os recebíveis ofertados possuam prazo superior à Data de Vencimento dos CRI; (iii) a verificação de inadimplência dos recebíveis considerará exclusivamente inadimplementos iguais ou superiores a 90 (noventa) dias; e (iv) os recebíveis ofertados passarão a compor a Razão Mínima de Garantia da Emissão, observado o percentual mínimo de 140% (cento e quarenta por cento), não sendo exigido que tais recebíveis, isoladamente, representem referido percentual em relação ao saldo devedor da Emissão, observado que, caso a Razão Mínima de Garantia (conforme definido no Termo de Securitização) esteja sendo cumprida, não haverá necessidade de substituição e/ou inclusão de novos Recebíveis, mas tão somente a liberação dos atuais Recebíveis; **(ii)** aprovar a substituição dos seguintes Recebíveis: (a) MAR.2103; (b) MAR.2603; (c) MAR.2803; (d) MAR.3301; e (e) MAR.37013, pelos seguintes novos recebíveis: (a) LAT.1502; (b) LAT.4701; (c) LAT.1602; e (d) LAT.1001, com a consequente substituição do Anexo I ao Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis (conforme definido no Termo de Securitização), sendo certo que o referido anexo passará a vigorar nos termos do Anexo II à ata de assembleia; **(iii)** aprovar a possibilidade para que os CRI que não se enquadrem na definição de "CRI em Circulação" sejam cancelados, sem liquidação financeira mediante a retirada das respectivas quantidades do ambiente da **B3 - BOLSA, BRASIL, BALCÃO**, instituição devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil e pela CVM para prestação de serviços de custódia de ativos escriturais e liquidação financeira, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Praça Antônio Prado, nº 48, CEP 01010-901, inscrita no CNPJ sob o nº 09.346.601/0001-25 e a correspondente baixa nos registro dos Escriturador dos CRI (conforme definido no Termo de Securitização); **(iv)** aprovar a contratação, pela Emissora, do escritório **PAPI, MAXIMIANO, KAWASAKI E ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrito no CNPJ sob o nº 03.834.440/0001-32 ("PMK Advogados"), para atuar como assessor legal, nos termos da proposta constante do Anexo I da ata de assembleia, cujos custos serão suportados com os recursos do Patrimônio Separado, para celebração de eventuais aditamentos aos Documentos da Operação que se façam necessários, bem como autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário, em conjunto, a praticarem todos os atos necessários para a efetivação do item acima. Instruções Gerais: A AEI será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AEI para o e-mail af.assembleias@oliveirastrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AEI - CRI embraed 43", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AEI. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Titulares de CRI, nas páginas da Emissora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Emissora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AEI. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo - SP, 06 de outubro de 2026.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO - Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna - Diretor de Securitização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO EM SÉRIE ÚNICA DA 178ª (CENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA OITAVA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio, em Série única, da 178ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o "*Termo de Securitização De Direitos Creditórios Do Agronegócio Para Emissão De Certificados De Recebíveis Do Agronegócio, Em Série Única, Da 178ª (Centésima Septuagésima Oitava) Emissão Da Canal Companhia De Securitização, Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio Devidos pela Agripar Biofertilizantes de São Paulo Ltda*", conforme aditado ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 28 de outubro de 2026, às 10h00, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital *Microsoft Teams*, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRA, conforme previsto neste edital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a alteração da Cláusula 9.1.1 do Termo de Securitização, de modo que passe a vigorar com a seguinte redação: *9.1.1. O exercício social do Patrimônio Separado encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantadas e elaboradas as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado, as quais serão auditadas por auditores independentes.* (ii) Aprovar a alteração da Cláusula 12.2, subitem (iv), alínea (a) do Termo de Securitização, de modo que passe a vigorar com a seguinte redação: *12.2. Sem prejuízo das demais obrigações assumidas neste Termo de Securitização, a Emissora se obriga, adicionalmente, a: [...] (iv) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações, sempre que solicitado: (a) dentro de 120 (cento e vinte) dias corridos após o encerramento do exercício social (que ocorre em 31 de dezembro de cada ano), ou em 5 (cinco) Dias Úteis, contados da sua publicação, o que ocorrer primeiro, cópias de todos os seus demonstrativos financeiros e/ou contábeis, auditados ou não, inclusive dos demonstrativos do Patrimônio Separado, assim como de todas as informações periódicas e eventuais exigidas pelos normativos da CVM, nos prazos ali previstos, relatórios, comunicados ou demais documentos que devam ser entregues à CVM, na data em que tiverem sido encaminhados, por qualquer meio, àquela autarquia;* (iii) Aprovar a renúncia (*waiver*), em caráter específico e limitado, **(a)** ao descumprimento decorrente da não constituição da Garantia Complementar até a Data Limite de Constituição da Garantia Complementar, bem como, conforme aplicável; e **(b)** à caracterização e consequências do Evento de Vencimento Antecipado dos CRA em decorrência de referido descumprimento; (iv) Aprovar a possibilidade do Avalista Pessoa Física, outorgar garantia fidejussória no âmbito de operação de captação de recursos, com volume total de até R$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), sem que tal participação caracterize Evento de Vencimento Antecipado Não Automático no âmbito da presente Emissão, conforme disposto na cláusula 4.27.2, subitem (x) do Termo de Securitização; (v) Aprovar a outorga, pela **USINA ENERSUGAR S.A. – AÇÚCAR E ÁLCOOL**, inscrita no CNPJ nº 34.656.444/0001-00 ("Usina Enersugar"), de garantia fidejussória em favor da Emissora, por meio do "*Instrumento Particular de Fiança e Outras Avenças*", em garantia das Obrigações Garantidas, em montante correspondente, a qualquer tempo, a 14% (quatorze por cento) do saldo devedor do CDCA ("Fiança Enersugar"), nos termos do respectivo instrumento constitutivo da Fiança Enersugar, passando esta, portanto, a integrar a definição de "Garantias" prevista no Termo de Securitização, sendo certo que a efetiva constituição da Fiança somente ocorrerá após a conclusão do procedimento de auditoria legal em termos satisfatórios à Securitizadora, bem como a emissão de *legal opinion* pelo assessor legal contratado; (vi) Aprovar a liberação à Devedora, pela Emissora, do montante de R$11.376.000,00 (onze milhões, trezentos e setenta e seis mil reais), correspondente ao Valor Inicial do Fundo Cash Collateral, permanecendo integralmente retidos no Fundo Cash Collateral todos e quaisquer rendimentos, ganhos e demais resultados auferidos até a data da referida liberação em decorrência das Aplicações Financeiras Permitidas realizadas com os recursos do Fundo Cash Collateral; (vii) Em decorrência das deliberações previstas nos itens "(iii)" a "(v)" acima, aprovar: (a) A exclusão das definições "*Data de Constituição da Garantia Complementar*", "*Data Limite de Constituição da Garantia Complementar*", "*Garantia Complementar*" e "*Valor Mínimo do Fundo Cash Collateral*", todas constantes da Cláusula 1.1 do Termo de Securitização, em razão da exclusão definitiva da Garantia Complementar e da inexistência de obrigação de manutenção de valor mínimo ou de recomposição do Fundo Cash Collateral: (b) Alteração da definição de "*Contratos de Garantia*", que passará a vigorar com a seguinte redação: "*Contratos de Garantia": Significam, quando mencionados em conjunto, o Contrato de Cessão Fiduciária, o Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas, o Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos e o instrumento constitutivo da Fiança Enersugar.* (c) Alteração da definição de "*Documentos Comprobatórios*", que passará a vigorar com a seguinte redação: "*Documentos Comprobatórios": Significam os instrumentos utilizados para a formalização, comprovação e evidência dos Direitos Creditórios do Agronegócio e das Garantias, conforme aplicável, a saber: (i) o CDCA; (ii) os Contratos Lastro e seus respectivos aditamentos; e (iii) os Contratos de Garantia e seus respectivos aditamentos.* (d) A inclusão da seguinte definição "Usina Enersugar": "*Usina Enersugar": Significa a* ***USINA ENERSUGAR S.A. – AÇÚCAR E ÁLCOOL****, sociedade por ações, inscrita no CNPJ sob o nº 34.656.444/0001-00.* (e) A inclusão da seguinte definição de "Fiança Enersugar": "*Fiança Enersugar": Significa a garantia fidejussória outorgada pela Usina Enersugar em favor da Emissora, para garantia das Obrigações Garantidas, em montante correspondente, a qualquer tempo, a 14% (catorze por cento) do saldo devedor do CDCA, nos termos do respectivo instrumento constitutivo da Fiança Enersugar.* (f) A alteração da definição de "*Fundo Cash Collateral*", que passará a vigorar com a seguinte redação: "*Fundo Cash Collateral": Significa o fundo constituído mediante retenção dos recursos decorrentes da integralização dos CRA na Conta Centralizadora, para fazer frente ao pagamento de todas e quaisquer obrigações pecuniárias devidas pela Devedora no âmbito da Emissão e da Oferta.* (g) A alteração da definição de "*Garantias*", que passará a vigorar com a seguinte redação: "*Garantias": Significam as garantias constituídas em benefício da Emissora para assegurar o pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas, quais sejam: (i) a Cessão Fiduciária; (ii) a Alienação Fiduciária de Quotas; (iii) a Alienação Fiduciária de Equipamentos; (iv) o Aval; e (v) a Fiança Enersugar.* (h) A alteração da definição de "*Valor Inicial do Fundo Cash Collateral*", que passará a vigorar com a seguinte redação: "*Valor Inicial do Fundo Cash Collateral" Significa o valor inicial do Fundo Cash Collateral, equivalente, na Data de Emissão, a 23,70% (vinte e três inteiros e setenta centésimos por cento) do Valor Nominal do CDCA, correspondente a R$ 11.376.000,00 (onze milhões, trezentos e setenta e seis mil reais), originalmente retido na Conta Centralizadora e passível de aplicação nas Aplicações Financeiras Permitidas.* (viii) Aprovar a alteração da Cláusula 6.2 do Termo de Securitização, que passará a vigorar com a seguinte redação: "*6.2. O CDCA conta com Aval, Cessão Fiduciária, Alienação Fiduciária de Quotas, Alienação Fiduciária de Equipamentos e Fiança Enersugar como garantias para reforçar o cumprimento das obrigações assumidas pela Devedora no CDCA e, consequentemente, das obrigações relacionadas ao pagamento dos CRA.*" (ix) Aprovar, ainda, a inclusão da nova Cláusula 6.6.1 no Termo de Securitização, com a seguinte redação: "*6.6.1. Fiança Enersugar. Em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas, a Usina Enersugar outorgou, em favor da Emissora, a Fiança Enersugar, em montante correspondente, a qualquer tempo, a 14% (catorze por cento) do saldo devedor do CDCA, observado o disposto no respectivo instrumento constitutivo da Fiança Enersugar.*" (x) Aprovar a alteração das Cláusulas 10.3 e 10.3.1, bem como exclusão da Cláusula 10.3.2 que passarão a vigorar conforme abaixo: "*10.3. Fundo Cash Collateral. A partir da primeira Data de Integralização dos CRA, foi constituído, na Conta Centralizadora, de forma proporcional ao valor integralizado, o Fundo Cash Collateral, no montante equivalente ao Valor Inicial do Fundo Cash Collateral, cujos recursos poderão ser aplicados nas Aplicações Financeiras Permitidas, observado o disposto nas Cláusulas abaixo. 10.3.1. Os recursos do Fundo Cash Collateral estarão abrangidos pelo Regime Fiduciário e integrarão o Patrimônio Separado, sendo certo que poderão ser aplicados pela Emissora, na qualidade de titular da Conta Centralizadora, nas Aplicações Financeiras Permitidas, não sendo a Emissora responsabilizada por qualquer garantia mínima de rentabilidade. Todos e quaisquer rendimentos, ganhos e demais resultados decorrentes de tais aplicações integrarão automaticamente o Fundo Cash Collateral e permanecerão retidos na Conta Centralizadora até que sejam utilizados nos termos dos Documentos da Operação. Não haverá qualquer obrigação de manutenção de valor mínimo ou de recomposição do Fundo Cash Collateral pela Devedora, inclusive na hipótese de redução ou utilização, total ou parcial, dos recursos que o integrem nos termos dos Documentos da Operação.*" (xi) Aprovar e autorizar a realização de todas as alterações necessárias ao CDCA para refletir as deliberações aprovadas nos itens acima; (xii) Aprovar a contratação do "Santos Neto Advogados", na qualidade de assessor legal para os fins dispostos neste instrumento; (xiii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação, incluindo, mas não se limitando, aos aditamentos ao CDCA e ao Termo de Securitização. Instruções Gerais: A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial – CRA Agrion II (178)", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer dos Titulares dos CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRA, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 06 de outubro de 2026.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO - Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna - Diretor de Securitização

GESTÃO TARCÍSIO

São Paulo já chega a 41 casos de sarampo em 2026

GABRIEL DAMASCENO/AE

O Estado de São Paulo registrou um novo caso de sarampo e agora totaliza 41 registros da doença em 2026, de acordo com o governo estadual. Nenhum paciente evoluiu para óbito.

A maior parte dos registros se concentra na capital: são 37 casos confirmados na cidade. Em seguida vêm São Bernardo do Campo (2 casos), Guarulhos (1) e Santo André (1).

Segundo a Secretaria de Estado da Saúde (SES-SP), 31 pacientes (75,6% do total) não tinham registro de vacinação ou possuíam esquema vacinal incompleto.

"Cerca de 61% dos casos ocorreram em crianças menores de 2 anos, faixa etária mais vulnerável à doença. A concentração de registros nesse grupo reforça a importância da dose zero nos municípios onde a estratégia está indicada", cita a pasta, em nota.

IMPORTÂNCIA

A secretaria reforça que a imunização é a principal forma de prevenção contra a doença e que a vacina tríplice viral, que protege contra sarampo, caxumba e rubéola, está disponível em todas as Unidades Básicas de Saúde dos 645 municípios paulistas

De abril a julho, a cobertura da primeira dose do imunizante passou de 86,56% para 93,24%. A da segunda dose passou de 72,72% para 78,37% no mesmo período, informa a SES.

Quem deve se vacinar?

- Bebês
- Aos 12 meses: primeira dose da vacina contra o sarampo.
- Aos 15 meses: segunda dose da vacina contra o sarampo.
- Pessoas de 15 meses a 29 anos

Devem ter duas doses registradas da vacina, com intervalo mínimo de 30 dias entre elas.

- Pessoas de 30 a 59 anos
- Devem ter pelo menos uma dose registrada na caderneta.
- Trabalhadores da saúde

Devem ter duas doses da vacina, independentemente da idade.

- Dose zero para bebês

A concentração de casos nas crianças pequenas reforça a importância da aplicação da dose zero da tríplice viral. Atualmente, ela é oferecida em São Paulo, Guarulhos, São Bernardo do Campo e Santo André.

A dose zero, aplicada em crianças de 6 meses a 11 meses e 29 dias, ajuda a proteger os mais novos, mas não substitui a vacinação de rotina.

Igualmente importante é que todo adulto confira sua caderneta de vacinação e procure uma unidade de saúde para atualização, incentiva a secretaria

ENERGIA

Aneel adia discussão sobre fim de contrato com a Enel em São Paulo

GUILHERME JERONYMO/ABRASIL

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) adiou julgamento sobre a suspensão do contrato de concessão com a Enel SP, para distribuição na região metropolitana de São Paulo.

O assunto foi discutido em reunião pública na terça-feira passada e será retomado em 60 dias, após pedido de vista de um dos diretores da Aneel.

A discussão teve por relatora a diretora Agnes da Costa, que se posicionou a favor da caducidade (perda da validade) do contrato de distribuição da Enel.

Segundo ela, persistiram falhas na prevenção e resolução dos problemas de distribuição, que permanecem sem resolução definitiva.

A diretora expôs o voto, ancorado em extensa demonstração da suficiência das provas obtidas, do direito de defesa da concessionária e da suficiência dos procedimentos tomados no processo.

Destacou, ainda, que a empresa tenta dificultar o processo, por meio de medidas jurídicas e detalhes técnicos, desconsiderados por falta de relação com o observado na fiscalização.

PEDIDO DE VISTA

O debate sobre a suspensão do contrato segue suspenso após pedido de vista do diretor Gentil Nogueira. O assunto deve retornar à pauta em 60 dias.

ENEL

Na sessão, o representante da Enel SP Tiago de Barros Correia afirmou que a empresa atingiu os índices necessários de atendimento e atendeu adequadamente às emergências ocorridas no último ano.

A empresa expôs, ainda, manifestações de prefeitos de cidades onde atua e de organizações da sociedade civil, argumentos que não convenceram a diretora.

MEMÓRIA

O processo de caducidade foi iniciado após sequência de multas e ações fiscalizatórias com pouca efetividade, e depois de reclamações reiteradas do prefeito da capital paulista e do governador do estado. Eles chegaram a propor a transferência de responsabilidade regulatória para o estado.

MISTÉRIO

Quem é a modelo que desapareceu em Pinheiros após sair para fazer tranças

A modelo Dandara Couto, de 27 anos, está desaparecida desde segunda-feira passada. Segundo familiares da jovem, ela foi vista pela última vez em Pinheiros, na zona oeste de São Paulo.

Dandara é modelo profissional e trabalha entre o Brasil e o Chile. É representada pela Mega Model no Brasil e pela Elite Model no Chile.

Na carreira, participou de desfiles da São Paulo Fashion Week (SPFW) e trabalhou para marcas como Corona, Intimissimi e Garage Rio, além de campanhas e projetos no Brasil e no exterior.

Dandara está desaparecida desde a manhã de segunda-feira. Segundo o relato divulgado, ela saiu de casa para fazer tranças. Foi vista pela última vez por volta das 10h30, perto da Rua Cristiano Viana, em Pinheiros, na zona oeste da capital paulista

A Mega Model divulgou nota pedindo ajuda para encontrá-la. As atrizes Isis Valverde e Alice Wegmann compartilharam o caso nas redes sociais.

Informações podem ser enviadas a Juan Castro, pelo telefone (48) 99994-6300, ou a Lelette Couto, pelo (48) 99103-1907.

ESTUDANTE

Bombeiro que matou aluno de Medicina volta a ser preso

GEOVANNA HORA/AE

O bombeiro militar Marcos Paulo Fujarra de Oliveira, de 28 anos, suspeito de matar o estudante de Medicina Bruno Hashimura San Juliano, de 23 anos, foi preso na zona norte de São Paulo, na manhã de ontem.

A Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP) afirmou que Oliveira já havia se apresentado no quartel onde serve, na segunda-feira, por ordem do comando do Corpo de Bombeiros.

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) havia decretado a prisão preventiva do bombeiro na sexta-feira, passada, após pedido do Ministério Público do Estado de São Paulo (MP-SP).

No entanto, ele não podia ser preso até as 17h de terça-feira, devido à restrição prevista no artigo 236 do Código Eleitoral, que proíbe a prisão ou detenção de eleitores nos cinco dias que antecedem a eleição e nas 48 horas seguintes ao encerramento da votação, salvo nas exceções previstas em lei.

Na manhã de ontem, Oliveira se apresentou no 13º Distrito Policial, na Casa Verde. Segundo a SSP, o bombeiro passou por exame de corpo de delito no Instituto Médico Legal (IML) e ficará detido no Presídio Militar Romão Gomes.

Hashimura foi baleado em uma briga de trânsito, em 30 de setembro, na Avenida Professor Walter Thaumaturgo, conhecida como Avenida do Povo, em Taubaté, no interior de São Paulo.

O jovem cursava o quarto semestre de Medicina na Universidade de Taubaté (Unitau). Após ser baleado, ele foi filmado correndo pela calçada, com a mão sobre o peito. Socorrido, foi levado ao Hospital Regional de Taubaté, mas não resistiu aos ferimentos.

Na semana passada, o advogado Claudio Rodrigues, que representa Oliveira, afirmou que acompanhava as investigações e que os argumentos seriam apresentados com base nas provas reunidas durante o processo. A defesa disse também que não comentaria elementos específicos enquanto as diligências estivessem em andamento.

"Neste momento, a defesa técnica sustenta a tese de legítima defesa, a qual será oportunamente demonstrada e fundamentada à luz do conjunto probatório produzido no curso das investigações e do processo", afirmou o advogado.

A Polícia Técnico-Científica realizou perícia no local da briga e apreendeu a arma usada pelo bombeiro. O 11º Grupamento de Bombeiros afirmou que Oliveira estava afastado das funções e em licença sem vencimentos.

A corporação informou ainda que ele não atuava na região do Vale do Paraíba.

FORMA GRADUAL

Trivia Trens retoma operação de linhas

RARIANE COSTA/AE

A Trivia Trens começou a retomar de forma gradual a operação das linhas 11-Coral, 12-Safira e 13-Jade após quase três meses de afastamento provocado por uma série de falhas no serviço.

Nesta primeira etapa, iniciada na terça-feira, a concessionária voltou a operar a Linha 13-Jade e o Expresso Aeroporto, sob supervisão da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM).

A retomada foi autorizada pela Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp), após a empresa a apresentação um plano de ação com medidas para treinamento das equipes, revisão de procedimentos e reforço dos protocolos de emergência por parte da concessionária.

Manhã Tarde Noite 30º 22º 5% 05:30 18:00 **PRIMAVERA:** Sol com poucas nuvens. Não chove.

MANIFESTAÇÃO

Estudantes fazem ato no Rio em defesa de voto em Lula

RAFAEL CARDOSO/ABRASIL

Estudantes organizaram ontem um ato no Rio de Janeiro em defesa da candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à Presidência da República. O atual presidente busca um segundo mandato consecutivo e disputa o segundo turno das eleições de 2026 contra Flávio Bolsonaro (PL).

A manifestação começou no início da tarde na Candelária, região central da cidade, de onde os jovens partiram em caminhada pela Avenida Rio Branco até a Cinelândia. Participaram estudantes secundaristas e universitários de diferentes instituições. Entre os temas defendidos estavam a educação pública, o fim da escala 6x1, manutenção dos direitos sociais e da democracia.

Estudante de direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), Paulo Victor de Almeida Coelho, disse que defende a eleição de Lula para que a juventude tenha um futuro melhor.

"Nós queremos mais investimentos, condições para que todos possam estudar e se formar em uma faculdade pública", disse.

"Estamos na luta porque vimos o que foi o governo Bolsonaro. Foi um governo de cortes, um governo onde as pessoas estavam sendo massacradas, passando fome, tendo direitos perseguidos. Por isso, estamos na rua", disse.

A estudante Raissa Bispo, de 21 anos, cursa Design na Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Ela defendeu o voto em Lula por entender que Flávio Bolsonaro representa uma ameaça à democracia.

"Ele próprio declarou ontem que quer mudar a Constituição, o que é uma ameaça para a gente, é uma ameaça para os nossos direitos. Importante a gente estar aqui para lutar pela soberania e lutar pelos nossos direitos", afirmou.

PESQUISA

Melhor investimento em saúde pode evitar 739 mil mortes no país

TÂMARA FREIRE/ABRASIL

Aumentar os investimentos em saúde de forma direcionada pode prevenir 739 mil mortes prematuras no Brasil, além de incrementar o Produto Interno Bruto em mais de R$1 trilhão, até 2050. É o que mostra o recorte nacional da pesquisa A saúde das nações: saúde mais forte, economias mais fortes, realizada pelo McKinsey Health Institute's.

De acordo com o diretor de dados de Saúde do instituto, Brad Herbig, não basta o aumento das cifras: também é preciso destinar os recursos para ações comprovadamente eficazes e custo-efetivas, ou seja, cujo investimento entrega o melhor resultado pelo menor custo necessário.

"É crucial olhar para as evidências científicas e garantir que elas ocupem lugar central nos espaços onde as decisões são tomadas. E também usar essas evidências para comunicar quais ações são necessárias", complementou Herbig.

O estudo foi apresentado na terça-feira passada, durante um encontro de jornalistas da América Latina promovido pela farmacêutica Roche, em San José, capital da Costa Rica. O tema central do evento é saúde como investimento.

Esta também é uma mensagem central do relatório do McKinsey Health Institute's.

"Os investimentos nas saúde das pessoas não são gastos, eles também são bons para o crescimento do país, para a melhora da competitividade econômica e afetam muitos outros aspectos", destacou Brad.

Para chegar a essa conclusão, o instituto analisou o impacto de cerca de 300 intervenções de saúde, baseadas em evidências científicas e comprovadamente custo-efetivas.

Essas medidas atacam 90 doenças e 27 fatores de risco, que correspondem a 85% dos problemas de saúde que mais atingem a população mundial. O conjunto abrange ações de prevenção em nível populacional e individual e também tratamentos.

São exemplos da primeira categoria, a taxação extra de itens prejudiciais, como cigarro e álcool, para desestimular seu consumo, e a proteção dos trabalhadores contra a exposição a poluentes nas fábricas.

Já na segunda categoria, se encaixam medidas como a vacinação com altas coberturas e a realização de exames preventivos em pelo menos 75% do público-alvo.

Entre os tratamentos foram consideradas ações desde a realização de cirurgias no prazo adequado, até a incorporação progressiva de novos medicamentos mais avançados.

O objetivo foi identificar quantas mortes prematuras e anos de vida impactados pelo adoecimento podem ser evitados, se os países passarem a investir adequadamente nessas intervenções.

CENÁRIO BRASILEIRO

No Brasil, o estudo estima que as intervenções podem aumentar em 5 anos a expectativa de vida da população, chegando a 85 anos. Além disso, as pessoas viveriam em média 76 anos com boa saúde, 9 a mais do que a estimativa atual.

Também foram medidos os retornos financeiros, em longevidade e qualidade de vida. No Brasil, a cada 1 dólar investido em ações efetivas de saúde, é esperado que 2,1 sejam adicionados ao PIB.

Isso decorre principalmente do aumento da produtividade geral da população, considerando as quedas nas mortes dos mais jovens e a diminuição do adoecimento, de acordo com a pesquisa.

"Os investimentos também afetam o potencial futuro das crianças, porque quando nós evitamos que elas adoeçam, é mais provável que elas consigam avançar em seus estudos, além de ajudar seus responsáveis, que têm que equilibrar o trabalho e o cuidado, o que fica mais difícil com doenças ou incapacidade", acrescentou o diretor do McKinsey Health Institute's.

A pesquisa destaca que, no Brasil, 59% do impacto total vem de ações de prevenção, em nível populacional ou individual, e que a maioria dessas ações não se dá em unidades de saúde, o que reforça o papel de diversas instituições.

IMPOSTOS

O fator com maior peso geral, por exemplo, são as políticas fiscais e financeiras, para desestimular o consumo de substâncias como álcool, tabaco e alimentos ultraprocessados, que comprovadamente aumentam o risco de diversas doenças.

Em nível individual, se destacam as ações de prevenção cardiovasculares, como o monitoramento da pressão arterial. Em seguida vem duas medidas para o combate da obesidade: o controle do peso, com dietas e exercícios, e a oferta de medicamentos para emagrecer.

Já entre as medidas terapêuticas que precisam ser fortalecidas, a que tem maior potencial de impacto é o tratamento adequado do câncer, seguido pela oferta de remédios psiquiátricos e melhorias nos equipamentos e insumos médicos.

Brad Herbig ressalta que parte dessas ações produzem resultados em longo prazo, mas algumas têm impacto imediato: "Por exemplo, garantir que as pessoas recebam diagnóstico precoce e tenham acesso aos tratamentos mais efetivos logo em seguida".

Mesmo no campo da prevenção há exemplos de efeitos em curto prazo

"Universalizar o acesso a remédios para hipertensão e controle do colesterol são coisas que realmente podem reduzir o risco de doenças no futuro, com um custo em baixo", acrescenta.

O impacto das medidas também foi aferido por estimativas de redução dos anos perdidos por causa de diversas doenças, considerando mortes prematuras e incapacidade. A maior queda deve ocorrer entre as doenças respiratórias crônicas e dos distúrbios de saúde mental, 46%, até 2050.

A expectativa de redução também é de, pelo menos, 40% entre as doenças cardiovasculares e aquelas causadas por deficiências nutricionais. Já as perdas por abuso de substância têm potencial de cair 39%, e por diabetes e doenças renais, 35%.

AMÉRICA LATINA

Além de recortes para todos os países pesquisados, o estudo traz dados mais completos, a nível regional. Os países da América Latina investem, em média, 3,7% de seus PIB's em Saúde, bastante abaixo do nível de 7,9% dos países de alta renda.

Dentre os investimentos feitos pelos países da região, menos de 5% são destinados a ações de prevenção, que respondem por 61% das medidas capazes de reduzir as mortes prematuras e o adoecimento.

O estudo alerta ainda que, apesar da expectativa de vida na América Latina permanecer em ascensão desde a década de 50, o tempo vivido com problemas de saúde também continua subindo, e pode passar de 12 anos em 2050, sem as intervenções recomendadas.

Essa diferença crescente entre a expectativa de vida e de anos saudáveis está gerando "um débito de saúde enorme que funciona como uma ralo na nossa economia", enfatiza Herbig.

Ele explica que a América Latina vive um momento desafiador, com o envelhecimento tardio e acelerado da população, o que já ocorreu nos países desenvolvidos, mas ao longo de um intervalo de tempo maior, permitindo uma melhor adaptação.

No entanto, é possível reduzir fatores de risco comportamentais.

"Há muitas doenças associadas ao envelhecimento. Mas mudanças no estilo de vida estão acelerando o crescimento. A América Latina tem uma das maiores taxas de obesidade do mundo, resultando em aumento da diabetes, por exemplo", alerta.

Todas as projeções já consideram o impacto que as mudanças climáticas devem causar, "até porque os extremos de temperatura são fatores de risco para algumas doenças e podem fazer com que outras piorem" explica Brad.

Por outro lado, a adoção de determinadas medidas pode até amortecer esses danos. "Não sabemos tudo o que vai acontecer, mas o controle da qualidade do ar, por exemplo, afeta diretamente a incidência de doenças pulmonares, hoje em dia e também nesses cenários", complementa.

FUTEBOL

MPRJ recomenda que partida entre Vasco e Boca Juniors seja no Maracanã

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

A Procuradoria-Geral de Justiça do Rio de Janeiro comunicou ao governo do estado que o Grupo de Atuação Especializada do Desporto e Defesa do Torcedor expediu recomendação à concessionária Fla-Flu Serviços S.A. para disponibilizar o Estádio do Maracanã para a partida entre Vasco da Gama e Boca Juniors, no dia 20 de outubro, às 21h30, pela semifinal da Copa Sul-Americana.

A recomendação considera manifestação técnica da Polícia Militar contrária à realização da partida no Estádio de São Januário e favorável ao Maracanã. De acordo com o documento, o Maracanã apresenta condições mais adequadas de segurança, capacidade, mobilidade urbana e organização dos fluxos de chegada e saída das torcidas. A PM classifica a partida como um evento de alta complexidade operacional, considerando, entre outros fatores, o caráter eliminatório do confronto, a concentração de torcedores brasileiros e argentinos e a previsão de chegada de dezenas de ônibus da torcida visitante. A concessionária havia negado o pedido do Vasco sob a justificativa de preservar o gramado, diante da proximidade com outras partidas. O MPRJ esclarece que a manutenção do campo é um interesse legítimo, mas não pode prevalecer sobre a segurança dos torcedores, dos moradores do entorno e dos demais usuários do espaço urbano. Segundo o documento, eventual desgaste do gramado é passível de recuperação e ressarcimento. Além da disponibilização do estádio, o MPRJ recomenda que a concessionária formalize e publique, no prazo de 30 dias, critérios objetivos, transparentes e isonômicos .

Cardeal Tempesta

Orani João Tempesta, O.Cist
Arcebispo do Rio de Janeiro

Nossa Senhora do Rosário!

A devoção e a comemoração litúrgica em torno de Nossa Senhora do Rosário constituem um dos fenômenos mais integradores e consolidados da fé católica, fundamentando-se em uma rigorosa articulação entre a teologia do Mistério Pascal, a mística mariana e as expressões culturais do povo. Longe de se restringir a uma prática puramente sentimental ou devocionista, a celebração do Rosário, fixada no calendário litúrgico em 7 de outubro, possui bases bíblicas e teológicas profundas.

Como bem destacou o Papa São Paulo VI na Exortação Apostólica Marialis Cultus, o Rosário é uma oração genuinamente evangélica, cujas preces e meditações derivam em sua quase totalidade das Sagradas Escrituras, unindo as saudações do Anjo Gabriel e de Isabel com a oração ensinada por Cristo e a contemplação sequencial dos mistérios da Encarnação, Paixão, Morte e Ressurreição de Jesus. Assim, a invocação do título do Rosário realiza a dimensão cristocêntrica contida no Evangelho de Lucas, convidando o fiel a meditar os mistérios da salvação com o mesmo olhar contemplativo de Maria.

Do ponto de vista histórico e litúrgico, a estruturação dessa devoção amadureceu ao longo dos séculos a partir da piedade monástica e de acontecimentos de grande relevância histórica. Entre os séculos IX e XII, a recitação de 150 Pai-Nossos e Ave-Marias em cordões com "nós" surgiu como uma alternativa acessível para que os fiéis leigos pudessem participar do dinamismo orante do Saltério recitado nos mosteiros.

Posteriormente, a tradição dominicana, iniciada por São Domingos de Gusmão e sistematizada no século XV por Alain de La Roche, difundiu a contemplação organizada dos mistérios como um método pedagógico de catequese e evangelização. A consolidação litúrgica definitiva ocorreu no século XVI, após a vitória da Liga Santa na Batalha de Lepanto em 7 de outubro de 1571, evento associado à intensa oração do Rosário promovida pelo Papa São Pio V em toda a Europa, culminando na posterior instituição oficial da Festa de Nossa Senhora do Rosário.

Ao se expandir para além do continente europeu e desembarcar no Brasil colonial, a devoção ao Rosário encontrou um solo fértil para se transformar na principal expressão da religiosidade popular afro-brasileira. Excluídos da vida social e das "irmandades" dominadas pela elite colonial, os negros escravizados e libertos fundaram as Irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos a partir do século XVII, utilizando essas associações como espaços de solidariedade, autonomia comunitária, arrecadação de fundos para a compra de alforrias e preservação de sua dignidade espiritual.

Nesses ambientes, a maternidade protetora de Maria foi ressignificada e integrada às cosmovisões de matriz africana, dando origem a rituais nos quais o Rosário é não apenas rezado, mas cantado, dançado e celebrado através do Congado, do Moçambique e da coroação de reis e rainhas negros, resgatando a memória ancestral sob o manto da Rainha do Rosário.

Dessa forma, os embasamentos que sustentam a comemoração de Nossa Senhora do Rosário revelam sua singular capacidade de unir a doutrina à vida e os altares às ruas. A oração do Rosário atua como uma síntese evangélica que instrui e edifica a fé da Igreja ao mesmo tempo em que se consolida como um poderoso instrumento de resistência cultural, fraternidade e expressão artística dos povos. Através dos séculos, essa comemoração permanece viva precisamente por não se resumir à repetição de fórmulas, mas sim por se configurar como um caminho contemplativo e libertador, onde a memória da fé professada renova continuamente a esperança e o engajamento comunitário no cotidiano.

Assim, diante de tão sólida herança bíblica, teológica e cultural, renova-se para a Igreja e para cada fiel o imperativo de abraçar com fervor renovado a oração do Rosário. Rezar o Rosário é aceitar o convite materno de Maria para entrar na escola da contemplação, onde aprendemos a discernir com lucidez e fé o silencioso e poderoso agir de Deus no tear da história. A cada conta do Santo Rosário, somos provocados a olhar além dos acontecimentos superficiais e a reconhecer que o Senhor prossegue realizando suas maravilhas no meio dos povos, erguendo os humildes, consolando os aflitos e conduzindo a humanidade pelas estradas do Reino.

Que a devoção filial a Nossa Senhora do Rosário não seja vivida como uma lembrança saudosa do passado, mas como uma força viva e transformadora no presente. Ao entregarmos à Mãe de Deus nossas intenções, angústias e esperanças, permitimos que ela nos tome pelas mãos e nos conduza ao encontro redentor de seu Filho Jesus. Em um tempo frequentemente marcado pela dispersão, pelo ruído e pelas incertezas que desafiam a caminhada eclesial e social, o Rosário permanece como uma ancoragem segura e uma bússola espiritual que pacifica os corações e reacende a chama da esperança.

Portanto, que em cada lar, paróquia, comunidade e movimento ecoe sem cessar a suave cadência desta prece evangélica. Que os pais ensinem aos filhos essa vereda de oração, que as comunidades se reúnam em torno do altar e nas ruas para louvar a Virgem Maria, e que os vocacionados ao serviço do Reino encontrem no Rosário o alimento diário para a sua missão. Fortalecidos por esta mística orante e confiantes na intercessão da Rainha do Santíssimo Rosário, marchemos com coragem pastoral nas linhas de frente da evangelização, certos de que, com Maria e em Cristo, a fé viva é sempre vitória, consolo e vida plena para todo o povo de Deus.

CAMPANHA

Lula anuncia lema de segurança pública para o segundo turno

LEVY TELES, GABRIEL DE SOUSA E GABRIEL HIRABAHASI/AE

ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) definiu a segurança pública como uma das prioridades da campanha durante o segundo turno. O presidente disse que os estados não "deram conta" de tratar do tema sem a participação da União e ressaltou a importância da aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) da segurança pública.

"O nosso lema é o seguinte: para o povo trabalhador, a proteção. Para o bandido, a prisão. É esse o nosso lema daqui para frente", afirmou Lula.

A PEC da Segurança Pública foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, mas ainda aguarda a análise de destaques no colegiado. Somente após isso a proposta pode ir para o plenário, que dará o parecer final pela aprovação e rejeição.

Essa PEC faz parte do pacote final de iniciativas no Congresso do governo Lula para reverter o revés que teve no primeiro turno, quando acabou atrás de Flávio Bolsonaro (PL). A outra iniciativa é a PEC que acaba com a escala 6x1, que deve ser votada no plenário na próxima semana.

Lula esteve num encontro com parlamentares jovens eleitos num hotel em Brasília na tarde desta quarta-feira.

Nessa reunião, ele admitiu para aliados que a sua campanha à reeleição não está bem ordenada. O presidente disse em reunião com parlamentares aliados que foram eleitos que comunicou ao presidente do PT, Edinho Silva, que esta é a menos organizada que ele participou desde a primeira, em 1989.

"Acho que nós fizemos uma campanha aquém da minha possibilidade, poderíamos ter feito mais. Disse para o Edinho que essa foi a campanha menos organizada que participei desde 1989", disse Lula em um tom humorado, apesar da cobrança feita em público aos organizadores.

Esse trecho deveria ser uma fala fechada para a militância num salão fechado, mas acabou vazado na transmissão oficial do PT. Esse vídeo foi retirado da página do partido depois.

Parlamentares que participaram do encontro fizeram questão de reforçar o pedido que o presidente seja mais ativo nas redes sociais e que a campanha fale mais sobre o futuro, especialmente comparando iniciativas da política econômica do presidente com as que Flávio Bolsonaro pretende apresentar.

"A sociedade precisa lembrar quem é Flávio Bolsonaro. É o momento de lembrarmos o que seria Flávio Bolsonaro assumindo a Presidência da República. É trazer a imagem de quem é Flávio Bolsonaro, é uma pessoa trazida com milícia, está envolvida com 'rachadinha'. O ódio que a sociedade tem com o lulismo não está deixando mostrar o que significa ter Flávio como presidente", afirmou Ana Elisa, deputada mais bem votada pelo PT em 2026, com pouco mais de 500 mil votos. Ela esteve ao lado de Lula nessa reunião.

Numa primeira reunião com governistas na segunda-feira, o governador reeleito do Piauí, Rafael Fonteles (PT), sugeriu ao presidente que gravasse mais vídeos em formato de selfie para as redes sociais para estabelecer nessas plataformas um canal de contato mais próximo com o eleitor. Lula era resistente à ideia, mas acabou cedendo.

"Bora gente, para a rua. Vamos conversar com as pessoas", convocou Lula, em vídeo publicado nas redes sociais. "Vamos ganhar essas eleições para não permitir que o retrocesso volte para esse país. Vamos lá, gente! Está na hora!".

MINAS GERAIS

TRE pede a 'Big Techs' dados de documento falso de Nikolas

LÓREN SOUZA/AE

Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG) determinou na última terça-feira, que a Meta e o X, forneçam dados relacionados a publicações feitas pelo deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) que veiculavam um suposto documento da Polícia Federal (PF).

O pedido foi assinado pelo desembargador Sálvio Chaves, relator de uma Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) movida pelo também deputado federal Rogério Correia (PT-MG) pela suposta prática de abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação social.

A ação tem origem na veiculação, em perfis oficiais e verificados no Instagram e no X, de um documento atribuído à Polícia Federal, com conteúdo fabricado para "simular a conclusão oficial da inexistência de indícios de crime a seu respeito, em relação aos diálogos travados com Daniel Vorcaro."

O documento circulou nas redes sociais e foi reconhecido como falso, tanto pela peça de defesa de Nikolas quanto pela Polícia Federal, conforme consta no processo.

A determinação dá um prazo de três dias para a Meta compartilhar com o tribunal dados do perfil de Nikolas no Instagram sobre registros de acesso à aplicação, endereços IP com data, hora e fuso horário, referentes ao carregamento da imagem publicada e ao período entre 1º e 10 de setembro de 2026.

Ela também pede dados sobre a data e o horário exatos de publicação e de remoção, número de visualizações, de contas alcançadas, de respostas, de encaminhamentos e de interações para publicações do formato story, feitas pelo deputado em 3 de setembro.

O desembargador pede ainda dados semelhantes para o perfil "EASY FATOS" (@easyfatos), assim como o arquivo de imagem tal como originariamente carregado e a data e o horário exatos de publicação e de remoção.

A decisão também é atribuída ao X. A plataforma deve apresentar todos os dados, registros e metadados existentes em seus sistemas acerca de um repost realizado em 3 de setembro de 2026, após 13h56min21s da conta oficial de Nikolas Ferreira.

Identificador ou URL individualizada, data e horário exatos de sua realização e de seu desaparecimento, as métricas de engajamento disponíveis e os registros de acesso à aplicação relativos ao período entre 3 e 10 de setembro de 2026 também foram solicitados.

Ela também pede os dados preservados da aba de reposts feitos pelo perfil de Nikolas na plataforma, onde se registrou o repost impugnado, que está atualmente indisponível. Também se pedem os dados de uma publicação do perfil "SPACE LIBERDADE" republicada pelo representado no Instagram e uma retratação pública do mesmo perfil, veiculada em 4 de setembro de 2026, às 14h57.

Caso as plataformas não consigam recuperar ou fornecer os dados, devem apresentar explicações individualizadas e detalhadas para o Tribunal.

ARQUIVAMENTO

PGR tem 5 dias para revisar pedido do caso de Bolsonaro na pandemia

FABRÍCIA BRAGA/AE

GUSTAVO MORENO/

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin (**foto**), determinou que a Procuradoria-Geral da República (PGR) informe, no prazo de cinco dias, se mantém o pedido de arquivamento de um inquérito que investiga supostos crimes atribuídos ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) durante a pandemia de Covid-19.

A determinação foi assinada na terça-feira. O procedimento teve origem em um requerimento apresentado pela comissão do Senado e buscava apurar a divulgação, nas redes sociais, de informações consideradas inverídicas. Entre as condutas investigadas estavam, em tese, os crimes de epidemia, infração de medida sanitária preventiva e incitação ao crime, previstos no Código Penal.

A Polícia Federal encerrou as apurações em 23 de dezembro de 2022. Na ocasião, o ex-ajudante de ordens Mauro Cid foi indiciado. Dois meses depois, em fevereiro de 2023, a PGR pediu o arquivamento do inquérito por entender que não havia "indícios mínimos" da ocorrência de crime nos fatos analisados.

O processo voltou a ter movimentação após a PF comunicar, em abril de 2025, que havia recebido uma resposta a um pedido de cooperação jurídica internacional encaminhado ao Departamento de Justiça dos Estados Unidos.

Diante desse novo elemento, a decisão de Fachin determina a inclusão da manifestação da PF sobre a cooperação internacional, tempo de tramitação do inquérito e o encerramento das investigações em 2022. Fachin determina que a PGR esclareça se mantém o entendimento apresentado anteriormente e ratifica o pedido de arquivamento do inquérito.

RACHADINHA

Flávio recebe apoio de partidos e fala em mudar Constituição

MARCELO BRANDÃO/ABRASIL

O candidato do PL à presidência da República, Flávio Bolsonaro, obteve apoio formal da federação União Progressista, formada pelos partidos União Brasil e Progressistas. Também confirmou o apoio o partido Novo, do candidato Romeu Zema.

Zema teve pouco mais de 326 mil votos na disputa de primeiro turno, 0,27% do total de votos.

Durante a entrevista coletiva em Brasília para a confirmação do apoio da federação União Progressista, Bolsonaro reforçou seu interesse em fazer alterações na Constituição. Ele afirmou que existem questões tributárias e da redução da maioridade penal, entre outras mudanças, que precisam ser alteradas via Proposta de Emenda à Constituição (PEC).

"Tem que haver uma reforma no Judiciário. Sou a favor da redução da maioridade penal há bastante tempo, isso tem que ser feito por PEC. Tem pontos da reforma tributária que precisam ser feitos por PEC", disse.

REELEIÇÃO

Ele também defendeu o fim da reeleição. Afirmou que, caso seja eleito, não irá se reeleger e encampará essa proposta junto ao Congresso Nacional.

"É o Congresso que vai definir os critérios, se vai ser mandato de quatro, de cinco anos; se vai valer só para presidente (da República), se vai valer também para governador. É o processo legislativo que vai ser respeitado e a maioria vai decidir", disse.

CONGRESSO

No pleito do último domingo, o partido de Flávio Bolsonaro, o PL, conseguiu uma eleição expressiva tanto no Senado, quanto na Câmara. No Senado, o partido terá 28 representantes, e 121 na Câmara, maior bancada da Casa.

Já o PT conquistou para o Senado os dois assentos da Bahia, além de um em Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Na Câmara, a segunda colocada entre as bancadas foi a Federação Brasil da Esperança, formada pelas seguintes siglas: Partido dos Trabalhadores, Partido Comunista do Brasil e Partido Verde (PT-PCdoB-PV), com 88 deputados – seis a mais que na última eleição.

SENADO

Magno Malta diz que impeachment de Alexandre de Moraes é prioridade

NAOMI MATSUI E JOÃO CAIRES/AE

O senador Magno Malta (PL-ES) afirmou ontem, que possíveis "acenos" do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes ao bolsonarismo não retirarão o impeachment da lista de prioridades da direita para 2027.

"A gente sabe quem ele é. Não adianta se pintar de verde e amarelo agora e tentar botar um rosário na mão e uma Bíblia na outra mão. Nós o conhecemos", declarou Malta a jornalistas, após encontro de Flávio Bolsonaro (PL) com parlamentares do PL.

Moraes autorizou a progressão para o regime semiaberto de Débora Rodrigues dos Santos, conhecida como "Débora do Batom".

Conhecido pelo perfil radical, Malta disse que a direita atuará, a partir do ano que vem, como um "pitbull". "O Senado hoje tem pitbull à vontade, sem vacina, e que vai cumprir o papel. Fizeram campanha assim. A Câmara dos Deputados também. Hoje nós temos uma maioria absoluta para poder fazer o reequilíbrio dos Poderes no Brasil e trazer a democracia de volta", declarou.

Segundo o senador, o PL também priorizará uma anistia para os condenados pelos atos de 8 de Janeiro. "Nós não esquecemos, nós do Senado. Não tem acordão, tem impeachment mesmo. E também não queremos fazer anistia, queremos anular todo esse processo. E temos maioria para isso. Vamos fazer", falou.

Nota

POLÍCIA INVESTIGA MORTES EM SÉRIE EM SP, MAS DESCARTA AÇÃO DE 'SERIAL KILLER'

A Polícia Civil de São Paulo investiga ao menos nove mortes com traços de execução ocorridas em um intervalo de 30 dias em diferentes regiões da cidade de São Paulo. Os casos, alguns deles marcados por esquartejamentos e desovas de corpos em sacos pretos, foram registrados do começo de setembro em diante. Nas redes sociais, usuários começaram a levantar a hipótese de que as ocorrências estariam ligadas à atuação de um possível serial killer (assassino em série), com postagens que viralizaram em plataformas como TikTok e Instagram. Essa hipótese, porém, foi descartada por ao menos dois nomes da alta cúpula da forças de segurança ouvidos pelo Estadão. Segundo eles, apesar das semelhanças, não há elo aparente entre as ocorrências. Um dos casos, com investigação já avançado, indicaria uma execução em retaliação a uma suspeita de estupro, por exemplo. Um outro ponto que soma nesse entendimento é que os casos ocorreram em diferentes regiões: foram quatro na zona leste, três na sul, além de um na zona norte e outro na oeste da capital. Não há registro, até o momento, de ocorrência desse tipo na área central da cidade. Apesar de descartar a atuação de serial killer, a polícia ainda apura elo entre os casos em série com nomes ligados ao chamado "tribunal do crime" do Primeiro Comando da Capital (PCC), espécie de Justiça paralela da facção.

Após eleições

STF deve julgar revisão da condenação de Bolsonaro

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O Supremo Tribunal Federal (STF) deve julgar a revisão criminal do ex-presidente Jair Bolsonaro após o segundo turno das eleições, marcado 25 de outubro.

Em nota divulgada à imprensa, o gabinete do relator do caso, ministro Kassio Nunes Marques, informou que o caso não será julgado antes do término do pleito para não interferir nas eleições.

O caso está pendente de manifestação da Procuradoria-Geral da República (PGR) e será julgado pelo plenário da Corte.

Caberá ao ministro Edson Fachin, presidente do Supremo, marcar a data do julgamento.

CONDEÇÃO

A defesa de Bolsonaro pretende derrubar a decisão da Primeira Turma, que condenou o ex-presidente a 27 anos e três meses de prisão na ação que investigou a tentativa de golpe de Estado no Brasil.

O processo foi distribuído ao ministro Kassio Nunes Marques, que é membro da Segunda Turma da Corte.

Além de Kassio e André Mendonça, ambos indicados ao STF pelo ex-presidente, o colegiado é formado pelos ministros Gilmar Mendes, Dias Toffoli e Luiz Fux.

O plenário da Corte é formado pelos integrantes das duas turmas e o presidente, Edson Fachin.

Jornada de trabalho

Alcolumbre diz que se houver pedido para acelerar 6x1, irá colocar em votação

VICTOR OHANA/AE

O presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), afirmou que ainda não recebeu nenhum requerimento para acelerar o andamento da proposta de fim da escala 6x1 e que poderá colocar o pedido para votação somente se alguém o fizer. As declarações ocorreram durante a tarde de ontem, no Congresso Nacional, em entrevista a jornalistas.

"Hoje, eu não tenho nenhum requerimento de calendário especial. Hoje, eu não tenho nenhum requerimento de quebra de interstício", afirmou o parlamentar. "Não tenho na Mesa. Eu não posso deliberar. Se aparecer um requerimento na Mesa para quebrar o interstício após a votação em primeiro turno ou para um calendário especial para a gente deliberar sem a discussão das outras quatro sessões, eu como presidente do Senado vou submeter ao voto."

Procurado pelo Grupo Estado, a assessoria da liderança do governo no Senado informou que ainda estão sendo recolhidas as assinaturas para apresentar o requerimento a Alcolumbre. Na prática, a eventual aprovação desse requerimento pode ajudar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a se beneficiar politicamente do fim da escala 6x1 antes da eleição de 25 de outubro contra Flávio Bolsonaro (PL).

CARLOS MOURA/AGENCIA SENADO

A votação antes da eleição preocupa a oposição, que admite que a aprovação da matéria neste momento ajuda Lula. Os apoiadores de Flávio, portanto, pressionam Alcolumbre para adiar a análise do projeto de fim da escala 6x1, que permite a redução da jornada e da escala sem a redução de salário. Flávio tem defendido outra proposta, que permite a redução de salário caso a jornada seja reduzida.

Aos jornalistas, Alcolumbre afirmou que segurou a votação até a eleição legislativa de 4 de outubro, para não prejudicar os senadores que concorriam à reeleição. Agora, segundo o presidente do Senado, "todos estão livres" para votar de acordo com a própria consciência. Ele afirmou ainda que "não pode ter uma versão" de que a PEC não pode ser apreciada antes da eleição de 25 de outubro.

"As eleições do dia 4, que era meu compromisso não votar, já se passaram", disse Alcolumbre. "O que eu tiver em mãos, vou deliberar.

Partidos

PCB e PSTU farão 'apoio crítico' a Lula e ao PT no segundo turno

DANIEL TOZZI/AE

Os partidos de esquerda PSTU e PCB declararam apoio à candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no segundo turno das eleições presidenciais. Em publicação no Instagram ontem, os perfis do PSTU e do candidato derrotado do partido na corrida presidencial, Hertz Dias, disseram que, contra a volta da família Bolsonaro ao poder, farão "voto crítico no 13" (em referência ao número do PT), mas "nenhum apoio" ao governo Lula.

O PCB foi na mesma linha e destacou que é preciso derrotar a extrema-direita e apoiar a candidatura do atual presidente no segundo turno. Em publicação nas redes sociais feita após o resultado do primeiro turno, o candidato derrotado do partido no pleito, Edmilson Costa, frisou que a prioridade é preservar liberdades democráticas, impedindo a volta do que considera ser a extrema-direita ao poder, mas que esse apoio a Lula não significa abandonar as "diferenças programáticas", que existem entre a legenda comunista e o PT.

No primeiro turno, as duas siglas tiveram votações residuais. Hertz Dia recebeu 43.103 votos (0,04% dos válidos), enquanto Edmilson Costa, do PCB, obteve 0,02%, ou 22.693 votos.

Ceará

Caso Isabelle Caracristi: namorado é indiciado por violência psicológica

RARIANE COSTA/AE

A Polícia Civil do Ceará indiciou João Munhoz Neto, de 34 anos, namorado da estudante Isabelle Caracristi, de 22, por violência psicológica contra a mulher e fraude processual.

O inquérito sobre a morte da jovem, ocorrida em 13 de setembro, em Fortaleza, foi concluído e encaminhado à Justiça em 30 de setembro.

O crime de violência psicológica contra a mulher prevê pena de seis meses a dois anos de reclusão, além de multa. Já a fraude processual tem pena de três meses a dois anos de detenção e multa, aplicada em dobro quando a conduta busca produzir efeito em processo penal.

Segundo a Polícia Civil, a investigação concluiu que Isabelle morreu após uma precipitação voluntária do prédio onde morava. O indiciamento de João, portanto, não atribui a ele a morte da estudante, mas está relacionado às acusações de violência e dolo mencionadas no inquérito.

A investigação reuniu depoimentos de 29 pessoas, entre familiares, amigos, colegas de trabalho e pessoas ligadas ao condomínio onde Isabelle morreu. Também foram analisadas imagens de câmeras de segurança e outros materiais apreendidos durante a apuração.

Ao todo, a Perícia Forense do Ceará produziu 17 laudos e analisou cerca de 700 vídeos. Os exames incluíram análises do local da morte, necropsia, toxicologia, DNA e registros de áudio e vídeo.

RELEMBRE O CASO

O caso de Isabelle ganhou repercussão após a mãe da jovem, Isorlanda Caracristi, publicar um vídeo nas redes sociais questionando as circunstâncias da morte e pedindo a investigação do caso considerando o relacionamento da filha com João Munhoz Neto.

Isabelle e João haviam iniciado um relacionamento e passado a morar juntos poucos meses antes. Durante a investigação, a Polícia Civil reuniu mensagens e áudios enviados pela jovem a pessoas próximas, nos quais ela relatava situações de controle e pressão no relacionamento.

João, que era casado com outra mulher quando começou a se relacionar com Isabelle, foi preso preventivamente em 22 de setembro. A investigação também passou a apurar sua conduta após a morte da jovem, incluindo o acesso ao apartamento e a procura pelo celular da estudante.

Em 1º de outubro, a Justiça revogou a prisão preventiva e determinou medidas cautelares, entre elas monitoramento eletrônico, restrições de deslocamento e proibição de contato com familiares de Isabelle. A defesa nega as acusações e afirma que João não teve participação na morte da estudante.

Senado

Van Hattem começará mandato pedindo impeachment de Gilmar

MARIA MAGNABOSCO/AE

Eleito senador pelo Rio Grande do Sul, Marcel van Hattem (Novo) afirmou que pretende iniciar os trabalhos na Casa, em fevereiro de 2027, defendendo o impeachment do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), e de outros integrantes da Corte.

"E no dia primeiro de fevereiro de 2027 começamos os trabalhos pelo seu impeachment e pelo de alguns de seus colegas. Democracia e instituições voltarão a funcionar plenamente", escreveu Van Hattem em resposta a uma publicação feita pelo ministro no X.

A declaração ocorreu após Gilmar comentar o primeiro turno das eleições deste ano. O ministro afirmou que os brasileiros deram exemplo de "maturidade democrática" e destacou que, mesmo em disputas apertadas, os resultados das urnas foram respeitados. Também elogiou a atuação da Justiça Eleitoral e a segurança do sistema eletrônico de votação.

Van Hattem foi eleito ao Senado pelo Rio Grande do Sul no domingo, com 3.449.053 votos, ou 30,08% dos votos válidos. O também deputado federal Ubiratan Sanderson (PL) ficou com a outra vaga em disputa no Estado, com 3.453.316 votos, ou 30,11%

A pressão pela abertura de processos de impeachment contra ministros do Supremo foi uma das bandeiras adotadas por Van Hattem durante a campanha ao Senado. Em entrevista à Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado) na semana passada, antes do primeiro turno, o então candidato afirmou que o ministro Alexandre de Moraes seria sua prioridade entre os integrantes da Corte contra os quais pretende defender a abertura de processo.

Questionado sobre qual pedido deveria ser analisado primeiro pelo Senado, Van Hattem citou Moraes "pelo número de pedidos e pelo conjunto da obra". Na ocasião, ele também fez uma distinção em relação ao ministro André Mendonça, a quem disse que era preciso "proteger" e classificou como "um dos poucos" integrantes do Supremo que, em sua avaliação, cumprem o papel de magistrado.

A declaração foi dada em meio ao embate entre Mendonça e Moraes no caso do Banco Master. Mendonça, relator do caso, havia retirado o sigilo de relatório da Polícia Federal que mencionava mensagens atribuídas ao banqueiro Daniel Vorcaro destinadas a um contato identificado como Moraes. O ministro Alexandre de Moraes criticou a divulgação e apontou exposição seletiva das informações.

Na publicação desta quarta-feira, 6, Van Hattem incluiu nominalmente Gilmar Mendes entre os ministros que pretende mirar na próxima legislatura, que começa em fevereiro de 2027.

São Paulo

Alunos passam mal após comer bolo levado por mãe em escola

CAIO POSSATI/AE

Um grupo de alunos de uma escola estadual na zona leste de São Paulo passou mal depois de comer um bolo levado pela mãe de um dos estudantes, ontem.

As crianças, que estão na faixa etária de 10 anos, apresentaram quadro de dor de barriga e mal-estar e tiveram de ser atendidas em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) da região.

A quantidade precisa de crianças atendidas não foi informada, mas o número gira em torno de 10 estudantes, informou a Polícia Militar.

O caso ocorreu na Escola Professora Cristina de Castro Paes. Procurada, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, via Unidade Regional de Ensino Leste 2, lamentou o ocorrido e disse que os alunos tiveram indícios de uma intoxicação. O quadro de saúde, de acordo com a pasta, é estável.

A equipe gestora registrou Boletim de Ocorrência e disponibilizou uma amostra do alimento para perícia, informou a secretaria. "A unidade escolar permanece à disposição da comunidade escolar e das autoridades para prestar os esclarecimentos necessários."

A Polícia Militar foi acionada e disse ter ajudado no socorro às crianças. De acordo com a PM, duas pacientes são filhas da mulher que enviou o bolo à escola.

A mãe, que não teve a identidade revelada, foi levada ao 63º Distrito Policial (Vila Jacuí) para prestar esclarecimentos. A polícia pediu perícia na escola.

A Secretaria da Segurança Pública foi questionada, mas não se manifestou até a publicação da matéria. Caso a manifestação seja enviada, o texto será atualizado.

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 99122-4278

(11) 2655-1899

publicidade@diariodoacionista.com.br

FRANÇA

Prefeito é atingido por gás de pimenta ao proteger manifestantes

GEOVANNA HORA/AE

O prefeito de uma comuna na região metropolitana de Paris foi atingido por gás lacrimogêneo ao tentar proteger manifestantes na terça-feira, em meio aos protestos estudantis que tomaram as ruas da França nesta semana.

O prefeito de Saint-Denis, Bally Bagayoko, do partido de esquerda França Insubmissa (LFI, na sigla em francês), tem participado ativamente das manifestações.

Um vídeo que circula nas redes sociais mostra Bagayoko em frente a um grupo de jovens, na região da Praça da República. A maior parte dos manifestantes usava tecidos escuros para proteger o rosto. Quando os policiais se aproximam, Bagayoko abre os braços e grita: "Parem, parem, vocês parem."

Em outra imagem, registrada pouco depois, o prefeito aparece sendo levado para outro local por manifestantes, que andam ao redor dele. Um dos homens joga soro fisiológico nos olhos de Bagayoko para ajudar a aliviar a irritação, após ele ter sido atingido por gás lacrimogêneo.

"Estive hoje (quarta-feira) ao lado dos estudantes do ensino médio e universitários mobilizados em Paris. Testemunhei um uso totalmente desproporcional da força contra jovens que simplesmente pedem para ser ouvidos", escreveu Bagayoko em uma publicação no X.

"Aos jovens mobilizados: suas reivindicações são legítimas. Continuem se organizando e fazendo suas vozes serem ouvidas. Mas não cedam a nenhuma provocação. Permaneçam unidos e não violentos", acrescentou.

"Hoje, no coração da manifestação, estive onde um prefeito deve estar: ao lado de nossa juventude, para protegê-la e apaziguar as tensões. E foram esses jovens que formaram um bloco ao meu redor. Espontaneamente. Fraternalmente", disse Bagayoko.

O prefeito também pediu que o Ministério do Interior revise as orientações em relação à atuação dos policiais "antes que ocorra uma tragédia". Ontem, a França suspendeu o uso de granadas de efeito moral após um adolescente de 15 anos perder a mão durante uma manifestação no norte do país.

Segundo o ministro do Interior, Laurent Nuñez, os artefatos não serão utilizados nesses protestos até que os incidentes registrados sejam esclarecidos.

Após a participação de Bagayoko nos protestos, o prefeito de Nice, Éric Ciotti, pediu a destituição do integrante da França Insubmissa. Em entrevista à emissora francesa CNews, Ciotti acusou Bagayoko de "incitar a violência" e disse que esse procedimento pode ser adotado se "um prefeito trai seu mandato"

"A possibilidade, cada vez mais concreta, de que a França Insubmissa frustre todos os cenários deles para 2027 está deixando-os em pânico a esse ponto?", escreveu Bagayoko no X em resposta a Ciotti.

Segundo o jornal francês 20 minutes, na semana passada, o prefeito também foi alvo de uma denúncia à Justiça feita pelo chefe da Polícia de Paris, Patrice Faure, por "supostos atos de incitação à prática de um delito".

Desde setembro, a França tem assistido aos protestos de alunos do Ensino Médio. As manifestações, que já são consideradas históricas, começaram em escolas da região de Paris e já atingem todo o país, em uma paralisação que pede melhores condições de estudos, higiene e progressão de carreira entre a escola e a faculdade.

DOENÇA

Trump não acredita que peste na Rússia seja arma biológica

Os Estados Unidos não acreditam que a morte de uma técnica de laboratório que pesquisava a peste em um instituto na Rússia esteja relacionada a uma arma biológica, declarou o presidente americano Donald Trump ontem.

"Vamos saber muito em breve, mas não achamos que seja o caso", disse Trump a jornalistas no Salão Oval, ao ser questionado sobre essa hipótese. "Dizem que a situação está completamente sob controle", acrescentou, referindo-se às autoridades russas.

Mais cedo, a Rússia criticou a imprensa por mencionar um segundo caso suspeito de peste na Sibéria, afirmando que a maioria das notícias sobre a situação era "falsa".

"A imprensa noticia muito, e a imensa maioria do que os meios de comunicação estão divulgando a respeito dessa situação é informação falsa", disse o porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov, a jornalistas.

No início desta semana, a imprensa russa informou que uma funcionária de um laboratório teria morrido de peste pneumônica na Sibéria, na última sexta-feira.

Darya Shipilova, de 28 anos, trabalhava no Instituto de Combate à Peste de Irkutsk, na Sibéria. Ela foi internada na terça-feira da semana passada, 29, no Hospital Distrital de Shelekhov, e morreu três dias depois, após uma suspeita de infecção por peste pneumônica. A agência de notícias estatal russa TASS afirmou que ela foi diagnosticada com pneumonia de etiologia desconhecida.

O jornal russo People of Baikal, citando fontes anônimas próximas aos serviços de segurança regionais, afirmou que Darya poderia ter contraído a peste pneumônica por meio de um tubo de ensaio quebrado. Segundo o jornal, quase 200 pessoas que tiveram contato com ela estão em quarentena.

O Serviço Federal de Supervisão da Proteção dos Direitos do Consumidor e Bem-Estar Humano da Rússia, conhecido como Rospotrebnadzor, afirmou ontem que não há "nenhum risco epidêmico" na Sibéria.

"Foi concluído o acompanhamento médico de mais de 90% das pessoas que tiveram contato com a paciente. Não foi detectado nenhum problema de saúde relacionado a uma doença infecciosa", afirmou o Rospotrebnadzor em nota.

"Não existe nenhum risco epidêmico para a população de Irkutsk e da região de Irkutsk", acrescentou.

Segundo o órgão, a técnica de laboratório "havia sido vacinada e tinha imunidade contra as infecções perigosas com as quais trabalhava". O Rospotrebnadzor afirmou ainda que duas comissões de especialistas em segurança biológica concluíram que "não foi constatada nenhuma situação de emergência relacionada ao manuseio de microrganismos patogênicos".

Embora o caso tenha gerado preocupação internacional, a emissora estatal russa e outros veículos de comunicação nacionais controlados pelo Estado evitaram abordar o assunto. Alguns jornais patrocinados pelo governo retiraram reportagens anteriores sobre o caso, que tem sido destaque na mídia independente.

Na terça-feira, o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus, pediu transparência por parte da Rússia.

"Compartilhar informações de forma oportuna, completa e transparente, conforme o Regulamento Sanitário Internacional, é essencial para esclarecer relatos conflitantes e permitir uma avaliação precisa dos possíveis riscos à saúde pública", escreveu Adhanom em uma publicação no X.

O diretor também afirmou que a OMS tomou conhecimento de relatos da imprensa sobre um segundo funcionário do instituto "com pneumonia de causa indeterminada", sem dar muitos detalhes sobre o caso.

Horas antes, o porta-voz da OMS, Christian Lindmeier, já havia afirmado que a organização acompanha o caso. "A avaliação inicial de riscos realizada pela OMS, com base nas informações disponíveis, indica que o risco é de moderado a baixo para Irkutsk, baixo para a Federação Russa como um todo e muito baixo para a região europeia", disse Lindmeier em Genebra.

TRUMP LIGARÁ

O secretário de Estado dos Estados Unidos, Marco Rubio, também afirmou que a Rússia precisa ser "transparente" em relação ao caso. "Acho que cabe à Rússia, obviamente, compartilhar mais informações com o mundo", disse Rubio em Reykjavik.

Um porta-voz do Departamento de Estado dos EUA afirmou que a pasta solicitou "oficialmente mais informações ao governo russo" e mantém "contato oficial" com outros países para "trocar informações". Uma fonte próxima ao caso, ouvida pela Agence France-Presse sob condição de anonimato, disse que a solicitação americana foi enviada pelos canais diplomáticos oficiais.

Questionado, nesta quarta-feira, sobre o pedido de transparência dos EUA, Peskov afirmou não ter "informações".

O presidente americano, Donald Trump, afirmou que pretende conversar por telefone "muito em breve" com o presidente russo, Vladimir Putin, para tratar da situação. Peskov também foi questionado sobre o assunto e afirmou que a conversa "não foi objeto de discussões concretas até o momento".

Já nesta quarta-feira, a porta-voz da Comissão Europeia, Eva Hrncirova, exigiu que a Rússia forneça informações "rápidas e transparentes".

RESTRIÇÕES SANITÁRIAS

A peste pneumônica é uma infecção pulmonar altamente contagiosa que pode ser fatal, segundo a OMS. A doença é transmitida por meio de gotículas, ao contrário da peste bubônica, que afeta os gânglios linfáticos e é transmitida por pulgas infectadas.

As autoridades russas afirmam que a doença não foi detectada durante a autópsia.

O Rospotrebnadzor negou ter imposto restrições sanitárias em Irkutsk após a morte da pesquisadora.

Segundo o órgão, um documento que circula na internet com supostas medidas sanitárias e epidemiológicas adotadas na região é falso. "O documento e as informações em questão não provêm de fontes oficiais e são falsos", afirmou o Rospotrebnadzor em uma postagem no Telegram

Ainda na terça-feira, a Embaixada dos EUA em Moscou emitiu um alerta de saúde reforçando a orientação para que cidadãos americanos que estejam na Rússia deixem o país "imediatamente".

'VIGILÂNCIA'

Ontem, a Mongólia anunciou ter ordenado medidas de "vigilância sanitária" em sua fronteira com a Rússia diante da suspeita de peste.

"Embora o nível de risco atual seja baixo, o Ministério da Saúde instruiu os órgãos competentes a adotar medidas de precaução e a manter vigilância e acompanhamento contínuos, a fim de prevenir possíveis riscos", afirmou o governo mongol.

VOOS INTERROMPIDOS

Rebeldes Houthis reivindicam novos ataques à Arábia Saudita

Os rebeldes Houthis do Iêmen, apoiados pelo Irã, reivindicaram ontem novos ataques a aeroportos e instalações militares na vizinha Arábia Saudita, à medida que o reino é arrastado mais profundamente para a mais recente frente do conflito envolvendo Teerã - situação que também ameaça uma alternativa crucial de navegação ao Estreito de Ormuz.

O porta-voz militar dos Houthis, brigadeiro-general Yahya Saree, afirmou nas redes sociais que os rebeldes lançaram mísseis balísticos e drones contra o Aeroporto Internacional Rei Khalid, em Riad. O porta-voz da coalizão liderada pela Arábia Saudita que combate os houthis, Major-General Turki al-Malki, informou que um míssil balístico foi interceptado ao norte de Riad. Houve uma breve interrupção nos voos, segundo o site Flightradar24.

Com a capital saudita sendo alvo novamente, novas cercas de proteção (semelhantes a gaiolas) foram erguidas nesta semana ao redor de tanques de combustível e outros equipamentos da Aramco, a companhia petrolífera estatal saudita, nas proximidades do aeroporto de Riad.

O reino, maior exportador de petróleo do mundo, tem enfrentado uma série de ataques contra alvos petrolíferos e militares nos últimos dias. Agora, a Arábia Saudita e forças iemenitas aliadas lançaram uma grande ofensiva terrestre e aérea contra os Houthis, visando retomar territórios que os rebeldes haviam capturado há um mês ao longo da costa ocidental do Iêmen, no Mar Vermelho, e no Estreito de Bab El-Mandeb.

Essas posições conferiam aos houthis maior capacidade de vigilância enquanto tentavam impor um bloqueio à navegação ligada à Arábia Saudita. Na segunda-feira, autoridades informaram que forças da coalizão liderada pelos sauditas recapturaram várias áreas estratégicas ao redor do estreito, por onde passa cerca de 12% do comércio global.

PENA DE MORTE

Christa Pike: juíza manda Tennessee preservar seringas

Uma juíza do Tennessee, nos Estados Unidos, determinou ontem, que o estado americano preserve as seringas e demais provas utilizadas na tentativa de execução fracassada da detenta Christa Pike, a pedido dos advogados dela. As informações são da agência de notícias Reuters.

Os advogados solicitaram à juíza do Tribunal de Chancelaria do Condado de Davidson, I'Ashea Myles, que ordenasse às autoridades do Tennessee a preservação de todas as provas da execução fracassada, incluindo seringas, embalagens de medicamentos e números de lote, cateteres, tubulações intravenosas e cintos de imobilização da maca.

Os defensores de Pike alegaram que a execução fracassada constitui tortura, em violação à proibição de penas cruéis ou incomuns prevista na Constituição dos Estados Unidos.

Myles se posicionou, em grande parte, ao lado dos advogados de Pike na audiência de ontem, descrevendo o processo judicial - que teve início em janeiro com o objetivo de impedir a execução marcada - como incomum, pois ninguém havia previsto que Pike sobreviveria. "Este caso é único, para dizer o mínimo", disse Myles.

A magistrada também determinou que o estado preservasse as comunicações internas sobre a tentativa de execução, incluindo relatórios de incidentes, depoimentos de testemunhas e mensagens criptografadas.

Myles ainda não se pronunciou sobre um pedido dos advogados de Pike para que o Departamento Penitenciário do Tennessee lhes permitisse coletar quaisquer vestígios remanescentes das drogas utilizadas na execução para análise química.

O Departamento Penitenciário do Tennessee se opôs ao que considera uma ordem de preservação "redundante e desnecessária", argumentando que já é legalmente obrigado a preservar todas as provas.

O Tennessee e outros estados dos EUA há muito tempo enfrentam dificuldades para adquirir medicamentos para execuções. Esses medicamentos não podem ser obtidos junto às grandes empresas farmacêuticas devido a uma proibição comercial imposta pela União Europeia às empresas que vendem produtos para uso em tortura ou execuções.

Assim, o Tennessee e outros estados recorreram a pequenas farmácias de manipulação, muitas vezes não regulamentadas, para fabricação de pequenos lotes, com a promessa de ocultar a identidade do fornecedor.

Pike sobreviveu a duas doses de pentobarbital aplicadas no último dia 30, e, segundo os advogados, está consciente e consegue falar. Eles afirmaram que o prognóstico ainda é "incerto" e que ela terá "uma longa recuperação".

Ele foi condenada à morte pelo assassinato, em 1995, da colega de classe Colleen Slemmer, que foi espancada e esfaqueada até a morte. A droga da injeção letal não matou Pike, mas seus advogados afirmaram que seus braços ficaram queimados e cobertos de bolhas.

IRÃ

Pezeshkian diz a Putin que acordo com EUA é possível

PEDRO LIMA/AE

O presidente do Irã, Masoud Pezeshkian, afirmou ontem ao presidente russo, Vladimir Putin, que Teerã está preparado para alcançar um acordo "equilibrado e justo" com os Estados Unidos, mas acusou Washington de adotar uma "postura maximalista nas negociações" em Islamabad, no Paquistão.

"Nossa linha vermelha são os interesses nacionais e os direitos do povo iraniano. Se os Estados Unidos respeitarem os marcos jurídicos internacionais, alcançar um acordo não estará fora de alcance", disse Pezeshkian, segundo comunicado enviado em seu canal no Telegram. Para ele, o maior obstáculo a um entendimento é a postura americana.

Na ligação, que também marcou as felicitações de Pezeshkian pelo aniversário de Putin, os dois discutiram o atual cessar-fogo, os recentes ataques dos EUA e de Israel contra o Irã e a rodada de negociações entre Teerã e Washington.

Pezeshkian afirmou ainda que o Irã está disposto a cooperar com países vizinhos para construir uma arquitetura regional de paz e segurança sem a participação de potências externas.

Putin, por sua vez, criticou o que chamou de "dois pesos e duas medidas" de países ocidentais e defendeu o respeito à soberania e à integridade territorial iranianas. O presidente russo também apoiou a reivindicação de Teerã por compensações pelos danos dos ataques e por garantias de segurança de longo prazo para evitar uma nova ofensiva.

Os dois líderes também defenderam o aprofundamento da parceria estratégica entre Rússia e Irã.

Diário do Acionista
As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade
Tel.: (21) 99122-4278